Quinta-feira, 13 de Janeiro de 2011 I Série A – Número 05

DIÁRIO
da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014) 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 12 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.mo Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex.mo Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 8 horas e 20 minutos.

Deu-se início ao debate, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2011, em que a 2.ª Comissão auscultou o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo (Afonso Varela) e o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo de Oliveira dos Ramos), que responderam entre outras questões atinentes ao orçamento das despesas, os subsídios aos titulares dos órgãos de soberania, a aquisição de viaturas para os ministérios, verbas para aquisição de equipamentos para a Comunicação Social

Intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados: Jorge Correia (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), José Diogo (ADI) e Delfim Neves (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 05 minutos.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia. Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 8 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
Martinho da Trindade **Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata (MLSTP/PSD:

Alcino de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António Sacramento **Barros**
Guilherme Octaviano Viegas

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Correia

Vamos dar início às nossas actividades, desta feita, com o Gabinete de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

Quero recordar aos Srs. Deputados que em sede da 2.ª Comissão, na análise na especialidade, para além de vermos as questões atinentes ao orçamento das despesas, quando chegarmos ao orçamento do Ministério das Finanças e Cooperação Internacional poderemos ver outras questões relativas às receitas.

Gostaria que os Srs. Deputados colocassem as suas questões para ganharmos tempo.

Também gostaria de recordar os Srs. Deputados que estamos a iniciar com 22 minutos de atraso, portanto, devemos fazer tudo para ganharmos tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, bom dia. Vejo aqui no fim duas rubricas, uma que se refere a aquisição de materiais e equipamentos para a Comunicação Social.

Isso faz-me levantar uma preocupação, porque na Região Autónoma do Príncipe, a Comunicação Social, concretamente a TVS, tem um problema que precisa ser resolvido urgentemente. Neste momento, se não me engano, se houver algo para se captar em termos de imagem, não é possível, porque se calhar só no voo de hoje é que as cassetes irão para o Príncipe. Não estou certo disso, mas tinha informação de que há dias não havia cassetes lá. Isto é devido a questão de voo.

A televisão lá capta as imagens através de cassetes e envia para São Tomé, mas não é imediato porque nem sempre há voo e não se pode enviar a cassete só com uma notícia. Neste caso, as notícias perdem a actualidade, muitas vezes quando chegam em São Tomé já não é possível serem passadas.

Portanto, como vejo aqui compra de materiais e equipamentos para Comunicação Social, eu proporia a transferência dessa verba para o Orçamento do Governo Regional, mas neste caso podemos tomar isso como uma preocupação, porque é necessário fazer aquisição de uma unidade de montagem para a televisão.

Com este equipamento, assim que se faz a captação das imagens, será possível de imediato enviá-las para São Tomé. Isto é uma coisa que gostaria que o Sr. Presidente registasse, já que não é possível propor o desvio dessa verba, porque não conheço o valor, mas mesmo neste Orçamento, que no momento de aquisição de outros equipamentos fizessem também a aquisição deste, que é muito importante.

Mais abaixo está a «Reabilitação de instalação e aquisição de equipamentos e transportes.» Suponho que aqui se refere aos meios rolantes e a televisão lá também carece de um meio rolante. Os jornalistas da televisão lá, quando precisam de se deslocar para zonas distantes, cada um é que tem que arranjar o seu

transporte, porque de contrário, terão que ir a pé e transportar a máquina, o que não é aconselhável. Daí que nessa questão de transporte que se visse um para a televisão no Príncipe.

São dificuldades que conheço, porque tenho visitado e conversado com o pessoal desse serviço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, bom dia.

A minha primeira questão está relacionada com a verba para a formação de quadros da Comunicação Social. Como eu dizia, a formação é uma questão transversal, e é de extrema importância para a Comunicação Social, começando pela Rádio. Quando ouvimos os noticiários, parece que tem um *Pélé* a marcar golos.

A formação na Comunicação Social é efectivamente necessária. Às vezes tenho alguma dificuldade em entender o que dizem, até penso que alguns técnicos da Comunicação Social são poliglotas e ao mesmo tempo tradutores.

Uns traduzem o crioulo para português, outros, o português para o crioulo. Aquilo é uma confusão que fere o timbre dos ouvintes. Portanto, acho que a formação é de extrema importância, mas acho que o sector deve ter uma programação para fazer formação, tanto inicial como contínua.

A minha segunda questão é de policiamento. É a Comunicação Social que paga a Polícia? Como é que funciona? Não sei se haveria algum recurso para se pagar, porque sei que em algumas actividades quando se mobiliza o policiamento…, estou a tentar ver aqui em termos de orçamento, não sei se haverá, …

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para que seja mais explícito na sua preocupação, está-se a referir a policiamento de quê, concretamente?

O **Orador**: — Da instalação, por causa da segurança. Não sei se é paga ou não. Gostaria que o Sr. Ministro responsável por essa área explicasse, porque não vejo aqui, e para que ao longo do ano não se diga que não houve orçamento para isso. Às vezes, há invasões tanto na Rádio como na Televisão.

Outra questão que ando aqui à procura é sobre os equipamentos. Os técnicos da Comunicação Social sempre reclamam dos equipamentos. Os equipamentos da Comunicação Social são, efectivamente, muito caros e os responsáveis desse sector têm uma grande responsabilidade. Por mais dinheiro que o sector das Finanças afecte, deve haver uma boa conservação, manutenção e o saber manusear desses equipamentos. Apesar de o montante aqui para equipamentos rondar cerca de 3.700 biliões de dobras, não sei que tipo de equipamentos se trata, porque dizem que só um aparelho de gravação é caríssimo. Não sei se o Sr. Ministro tem ideia se é um ou dois equipamentos, porque têm agora São Tomé e Príncipe todo, para fazer cobertura.

Gostaria ainda de saber se as verbas que são cobradas na Comunicação Social, nas publicidades, se reverte alguma coisa a favor da instituição, do Estado, ou se vai para algibeira de cada um.

Para finalizar, também me preocupa a questão de gradeamento, porque já assisti a umas cenas no edifício da TVS, pratico uma vizinhança saudável com eles. Às vezes é bom ter-se isso em conta e não estou a ver aqui nada virado para essa questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, bom dia.

Começaria pelas últimas palavras do Sr. Deputado António Barros, que falou de meios rolantes.

Ouvi, através da Comunicação Social, que numa das Sessões do Conselho de Ministros havia ficado decidido que se iria fazer uma inventariação dos meios rolantes, e uns tantos parece-me, que seriam postos à venda, inclusive.

Reconheço que deve haver e há serviços que têm meios rolantes a mais, outros que não têm. Daí que, se não me engano, se aquilo que eu ouvi é real, não sei se esses meios rolantes não se adaptam para este ou aquele serviço, porque senão nem haveria a necessidade de termos aqui no nosso orçamento aquisição de transportes.

Por exemplo, vejo aqui no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro na rubrica 34.19, Reabilitação de instalação e aquisição de equipamentos e transportes. Não sei para o que é? Se for para Gabinete do Sr. Primeiro-

Ministro, acho que deveríamos tentar fazer a requalificação dessas viaturas e distribui-las ao nível do País, porque há muitos serviços efectivamente que não têm transporte.

Gostaria de ter resposta disso para depois dar continuidade. Se realmente é real aquilo que ouvi.

O Sr. **Presidente**: — Gostaríamos de fazer um rol de questões e caso o Sr. Deputado tenha outras questões ainda neste capítulo, devia colocar e retomaríamos depois esse assunto.

O **Orador**: — Não. Era para dar sequência ao meu raciocínio.

Vejo aqui alguns aspectos que gostaria de fazer menção.

Também do Conselho de Ministros ouvi dizer que se iria diminuir despesas, principalmente algumas benesses que existiam. E ontem, o Sr. Ministro das Finanças brindou-nos com uma explicação no que concerne a «subsídios às autoridades públicas».

Gostaria de saber concretamente o que são esses subsídios. Falou-se de renda de casa, etc.… Mas parece-me que essa mordomia, se a memória não me falha, e se entendi bem, através dos comunicados do Conselho de Ministros, parece-me que algumas coisas dessas foram banidas. E como não tenho o Orçamento de 2010 patente para fazer a comparação, fico sem saber se aumentou ou se diminuiu a questão dos subsídios às autoridades públicas e quais são essas tais benesses que foram cortadas.

Mas, quando levanto essa questão não levanto para o Gabinete do Primeiro-Ministro, mas levanto de uma forma geral, pelo que vejo ao nível dos ministérios.

Por exemplo, vejo aqui na rubrica 28.87, «transferência para o funcionamento do instituto de inovação e tal…», Esse instituto está adstrito ao Sr. Primeiro-Ministro, mas a verba teria que ficar mesmo no Gabinete do Primeiro-Ministro?

Gostaria de saber, por favor, isso para ajudar o meu magro conhecimento que tenho nessa matéria, aqui diz: «transferência para o funcionamento de órgão de recurso». Não sei o que é isso.

Ouvi falar de um Gabinete de licitação ou de controlo. Será que é isso que é o órgão de recurso?

Funcionamento e manutenção da unidade, qual unidade? Unidade do Primeiro-Ministro, Gabinete do Primeiro-Ministro?

Capacitação do pessoal, vejo 42 milhões de dobras. Será suficiente para a capacitação de pessoal?

Vejo aqui, reabilitação do edifício da TVS e conclusão da construção do auditório da Rádio Nacional. Essas duas rubricas não poderiam ficar nas obras públicas?

Está certo que a Rádio Nacional e TVS são sectores adstritos ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, mas penso que quando se tratar de obras…, vi aqui no Ministério de Obras Públicas obras mais insignificantes, essas obras poderiam estar inscritas no Ministério das Obras Públicas.

Outra questão que me preocupa, sobremaneira, é a fonte de financiamento. As fontes de financiamento, como todo o mundo sabe há algumas que são, não é que posso dizer mais credíveis, mas mais seguras. De entre elas, Taiwan, por exemplo, é uma fonte segura, Tesouro quase segura, *HIPIC* também quase segura. Mas se voltarmos a ver algumas coisas, por exemplo, aqui onde tem Presidência da República, Sundy, pomos Guiné - Equatorial. Porquê que Sundy, por exemplo, não está no Tesouro ou Taiwan, que é uma coisa, com certeza absoluta, que a gente tem, que é uma programação correcta e que há possibilidades da sua materialização?

O mesmo aqui neste contexto, por exemplo, quando se fala de aquisição de materiais e equipamentos para a Comunicação Social. Sabemos que a Comunicação Social vive a braços com equipamentos. Por vezes só têm uma câmara e não podem fazer um levantamento num outro sítio, porque só é uma, a outra está avariada ou porque não têm mesmo. A aquisição de materiais e equipamentos para a Comunicação Social está como fonte de financiamento a Guiné - Equatorial.

Sr. Ministro das Finanças, gostaria que nos desse a «garantia» que efectivamente a Guiné - Equatorial seja uma fonte de financiamento segura, de modo a que a possamos garantir à Comunicação Social que durante este ano terá equipamentos afins, para fazer um trabalho condigno, tendo em contas as dificuldades que conhecemos cá ao nível do País.

A *priori* são estas situações que trago, mas confesso que essa questão de subsídio às autoridades públicas, por aquilo que ouvi na Rádio de que as benesses iriam ser cortadas, uma série delas, etc., como não tenho o quadro do Orçamento de 2010 para fazer a tal comparação, fico um tanto quanto sem saber se deveria optar e concordar com o valor que aqui está.

São essas intervenções, se for necessário poderei fazer a recapitulação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário-Geral do Governo.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo** (Afonso Varela): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Primeiro para dizer que a Comunicação Social está sob a tutela efectiva de Sua Ex.ª Sr. Primeiro-Ministro. Depois, algumas questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado António Barros merecem algumas explicações que, se calhar, nós aqui não seremos capazes de dar, porque são explicações de índole técnica, e assim sendo, teremos algumas dificuldades. Mas o que queremos dizer aqui, é que de facto, uma estação ou um equipamento de montagem no Príncipe não resolve o problema, porque o problema é fazer chegar a cassete a São Tomé.

Mesmo feita a montagem é preciso pôr o produto final dessa montagem numa cassete e enviá-la para São Tomé. Quando dizia que não se pode enviar uma só notícia numa cassete, também não é este o problema. Porque se tivéssemos uma maior frequência de voos entre as duas ilhas, não haveria nenhum problema, em que uma cassete traga uma notícia que seja importante e que a cassete seja devolvida no voo seguinte para nova gravação. O problema fundamental parece radicar-se mesmo na comunicação entre as duas ilhas.

Não sei, por isso é que eu dizia que há explicações de natureza técnica, não somos capazes de dar, é porque um equipamento de montagem é uma coisa extremamente cara e quando digo extremamente cara é para o nosso Tesouro.

Se repararem, ultimamente, as imagens da TVS até melhoraram, mas durante algum tempo notava-se uma espécie de chuva. Todos aqui dizíamos que eram as cassetes é que estavam velhas. Pelo menos era o que eu dizia e outras pessoas também diziam. Deve ser uma cassete que foi gravada e desgravada várias vezes e que a fita não estava boa. Não, não era isso.

As cassetes até eram novas e o problema que se punha era a montagem desses equipamentos. Não se conseguia, porque não cabia no Orçamento a compra desses equipamentos.

Creio que o problema deve ter ficado solucionado. Não sei se foi um empréstimo, mas, de qualquer forma, foi um apoio da RTP - África que nos ajudou a resolver esse problema. Não sei se é só a RTP - África, porque, de facto, a Televisão recebe, por causa dessas falhas, apoios diversos, até de privados. Mas temos um desafio técnico que o Sr. Vice-presidente desta comissão poderá esclarecer-nos. Estamos com um dilema. É porque dentro de um ou dois anos nada mais será transmitido nem montado com o sistema que se tem hoje.

Portanto, não termos recursos para comprar os equipamentos todos novos. Temos alguns velhos que têm ainda tempo de vida, mas as peças, às vezes, são quase o preço ou equivaleria comprar um equipamento novo. Mas, não se pode comprar só um novo, porque é caro e dentro de dois anos, se calhar, ou um ano e pouco, estará ainda novo, mas já não poderá ser utilizado, porque não será compatível, se calhar, com os outros.

Portanto, há um desafio técnico que se tem que resolver imediatamente para se poder programar para o orçamento do próximo ano, porque no próximo ano os equipamentos estarão ainda mais velhos e requererão uma substituição e a substituição, creio que será global e passamos já a digitalização, não quero utilizar o termo, porque não sei se é correcto, ou passamos já, ou compramos alguns equipamentos para que a Televisão possa funcionar e os mesmos dentro de um a dois anos estarão ainda em plena vida útil e, se calhar, já não serão utilizados. Temos esse desafio que temos que resolver.

A questão de transporte que levanta, é verdade que esta é uma questão séria. O Governo tomou algumas medidas nesse domínio e entende continuar e aprofundar essas medidas. Mas daria aqui um salto para as preocupações do Sr. Deputado Jorge Correia. É verdade que o Governo decidiu, não diria não comprar, mas comprar de forma muito selectiva meios rolantes, meios de transporte. Também decidiu inventariar e abater alguns desses equipamentos, porque os custos de manutenção são elevados, e decidiu racionalizar, ou seja, fazer uma melhor gestão desses equipamentos. Mas, qual é o grande problema que se tem?

Aparentemente olhamos para determinados sectores e achamos que têm viaturas a mais. Mas quando se pede ao sector - porque não é o Governo, não é o Primeiro-Ministro, diria nem mesmo os ministros que estão a testa de ministérios tão amplos como o próprio Finanças e Cooperação Internacional ou o Plano e Desenvolvimento -, e quando se pede um relatório ou uma justificação, vemos que todos os serviços apresentam razões, dificuldades futuras para o sector se se retirar, se não se comprar e tudo mais. É um processo difícil, mas de qualquer forma, como eu disse, pretende-se aprofundar essas medidas. Há uma

inventariação que está feita, o Governo vai continuar a abater algumas viaturas, mas isso por razões de custos na manutenção, que hoje são elevados. Temos um exemplo no próprio Gabinete do Primeiro-Ministro, ele não tinha viaturas de escolta, fomos buscar duas viaturas, creio, uma no Ministério da Saúde e outra no Ministério das Obras Públicas.

Estou a falar de viaturas que eram de ministros, pelo menos a de Obras Públicas, que tinha sido viatura do anterior ministro. O que notamos? Essas viaturas estão todos os dias avariadas, por isso é que fomos buscar a segunda.

E então, quando uma está na oficina outra está a funcionar e a factura é extremamente pesada. Vamos vender essas viaturas e tentar fazer essa reafectação, como sugere o Sr. Deputado Jorge Correia. Mas essa reafectação corre o risco de ser deficiente, por essas razões é que eu aqui disse.

Os sectores que têm viaturas que devem ser abatidas estão a reclamar novas viaturas, há sempre justificação e lembre-se que nunca ouvimos dizer, por exemplo, que os engenheiros da Floresta tenham apanhado alguém a abater árvores.

Nunca ouvimos dizer que alguém foi apanhado a bater árvores a meia-noite ou sei lá às 18 horas.

O Sr**. Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Ou a fazer carvão.

O **Orador**: — Sim. Toda a gente ouviu, na RTP – África, uma engenheira da Direcção de Floresta dizer que a proibição de circulação das viaturas a partir das 19 horas, era uma das causas do incremento do abate de árvores. E estamos a falar de um quadro superior de uma direcção com largos anos de experiência. É para verem a complexidade que tem essa questão.

Outra questão ligada à Comunicação Social, que é a questão da formação. É verdade que está cá, a formação é extremamente importante para a nossa Rádio e a Televisão, mas a Rádio tem problemas muito mais evidentes, mas que têm que ser resolvidos a vários níveis. Porque, a bom da verdade, os nossos quadros até fazem por ano um número ou horas de formação, relativamente, eu não diria elevadas, mas que no nosso contexto seriam, se calhar, suficientes.

Mas a mim parece-me que é um problema que discutimos aqui na sessão plenária. É um problema de formação de base que as pessoas não têm. Como dizia a professora Edite Salvaterra, passa de primeira para segunda classe e não sabe ler, de terceira para quarta classe e não sabe escrever e depois a coisa reflecte-se, e mesmo indo para as universidades, em Portugal, as pessoas se regressam e continuam a falar e a escrever com deficiências, e não fazem o esforço que se fazia antigamente, sequer de fazer a revisão de textos e tudo mais, porque toda a gente já se tornou «Pélé», não só a marcar golo, mas porque acha que sabe tudo e não é preciso corrigir, ou toda a tentativa, muitas vezes, dos directores para corrigir alguma coisa ou para pedir o trabalho antecipado é considerada uma censura ou porque ele não pode corrigir o meu trabalho. Então, temos como resultado aquilo.

As formações são feitas muitas vezes aqui, em Portugal e no Brasil. É verdade que as formações poderiam ser mais, se pudéssemos pagar para isso. Ora, não podemos, então recebemos aquilo que nos dão. Porque esse valor que aqui está, não poderei dizer com toda a assertividade, mas é um valor que serve, normalmente, para pagar a viagem, para pagar o subsídio, porque a própria formação a gente não paga.

Há cursos que devem ser pagos, mas não pagamos, porque eles são caros e porque o próprio valor não chegaria. Já no fim do ano, em Novembro, Dezembro, lembro-me que saíram, de uma só vez, uns 10 funcionários da Rádio. Naquela altura, sei que os bilhetes de passagem da classe económica atingiram cerca de 1500 a 1700 dólares. Vejam a parte que já vai por aqui nesses 830 milhões.

Como eu disse, a questão de formação é necessária, mas não se pode fazer mais esforço financeiro. Mas o problema tem que ser resolvido com um pouco mais de organização interna desses serviços.

Portanto, para que os textos sejam apresentados antecipadamente, para que as pessoas não improvisem em demasia. Acho que por aqui faríamos e depois uma questão de formação de base, isto é, uma formação contínua para que isso possa ir melhorando. Bom, a questão do policiamento é, de facto, um problema, digo se calhar mais na Rádio, devido a escuridão várias vezes, e agora, eles fazem emissões 24 horas sobre 24 horas. Pessoas estranhas entram, alguns dementes, que circulam na nossa praça, entram para Rádio e nessa altura está na Rádio apenas uma ou duas pessoas.

Há um problema, pedimos ao Sr. Ministro da Defesa e Segurança Pública para lá colocar polícia, mas há sempre um problema. Já se viciou muitas coisas no nosso país. Quando digo se viciou, é porque a polícia tem que manter a ordem pública. Mas quando se diz a polícia para estar na porta de Banco Central, ela

quer ser paga. Tem que estar 24 horas sobre 24 horas na Rádio, a polícia quer ser paga. Ora, são serviços públicos, a polícia cumpre a sua missão e devia lá estar 24 sobre 24 horas.

A única coisa que se pediria a polícia, era que cada um fizesse as horas em função daquilo que está estatuído. Portanto, se polícia tiver trabalho nocturno, que deve estar no regulamento deles, que quem trabalha de noite, trabalha 8 ou 5 horas e tem um dia de folga. Devia-se respeitar isso e colocar a polícia nesses sectores. Há essa preocupação, é uma preocupação séria, como sugeria o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

Quer dizer, não se tem equipamentos, gasta-se dinheiro com gradeamento, tem que se pôr polícia e depois tem que se levantar os murros, porque senão as pessoas saltam. Isso é, de facto, um problema que tem que se ver, diria até, com a organização de toda a sociedade.

Na Televisão, creio que eles têm guardas privados, porque a Televisão produz, em termos de receitas, um bocado mais e a Rádio não estaria em condições, se calhar, de assegurar, no mínimo, dois guardas-nocturnos com as receitas que lá fazem.

As verbas cobradas, quando este Governo foi instituído, vimos uma prática que não tem sustentação legal, mas que representa um complemento de salário, extremamente, eu não diria avultado, mas é um complemento de salário que é quase igual ao salário e em alguns casos superior ao dobro do salário, isso em função da produção de cada uma das pessoas.

Por exemplo, não sei se está aqui na sala, alguém desses órgãos de comunicação, particularmente da TVS. O que é que constatamos? É que toda a gente que lá está tem um salário de Estado com contrato ou funcionário a tempo inteiro, mas por cada programa que os senhores vêem sair na televisão essas pessoas são pagas. Se não forem pagas, não fazem.

Os senhores perguntar-me-ão e o que é que eles fazem por ganhar o dinheiro que o Estado paga? Eu estaria a exagerar, mas diria que não fariam nada, porque o programa que eles fazem para os quais são pagos é a coisa mais emblemática que cada um lá faz. Então, hoje esses órgãos estão, eu diria até, um bocado sectorizados. Porque vejam, até na angariação dos clientes e das receitas, tomo como exemplo, a INTERMAR, combino com ela e tudo mais, mas sou funcionário da TVS.

E para além de a pessoa ser a «cara desse programa» e que a Televisão lhe paga, ela ainda tenho um subsídio, que não é tão pequeno assim, é mais do que 5% das comissões que conhecemos em quase todos os negócios. Essa pessoa ainda tem um salário ou uma compensação por ter angariado esse fundo. Os valores, eu dizia ao Sr. Ministro das Finanças a dias, eu próprio fiquei surpreendido, porque às vezes chegam a ser elevados. Cabe a mim, administrativamente, gerir essas coisas, e tive que assinar uma despesa para pagar esses subsídios todos e tal, num mês que chegava a 140 milhões de dobras.

Mas devo dizer aos senhores que mesmo, por exemplo, aquela publicidade que era uma coisa importante sobre todos os pontos de vista, onde aparecem as crianças a falarem o crioulo, ela foi pura e simplesmente suspensa, porque passou o prazo, portanto, chegou-se ao fim do contracto e não se pagava.

Se repararam ela foi reposta, porque quando se soube disso mandou-se repor imediatamente e tivemos que fazer um despacho para dizer que todas as comunicações, incluindo mesmo as ONG, cujo conteúdo é a mudança do comportamento e visa o objectivo social não tem carácter comercial, devem ser grátis. Mas aqui levanta-se um outro problema, o senhor não encontra a voz apropriada, e o técnico para montar e fazer tudo isso com alguma qualidade desvia-se ou ele coloca desculpas dizendo que está a trabalhar e que não pode fazer tantas coisas, e temos muitas vezes cenas como essas.

Mas dou-vos um exemplo, por causa da situação no Príncipe, ligou-me o Sr. Presidente a dizer que havia problema com as peças e tudo mais. Foi assim que eu soube que elas já estavam aqui em São Tomé há mais de quase um ano. Não se levantava as peças porque não se tinha 12 milhões ou coisa assim para se pagar e depois os custos da ENAPORT também foram subindo, por causa de armazenagem, não se pagava.

E faltavam 1 200 Euros ou coisa assim, para se pagar ou completar o lote. Então, como eu sabia da existência desse dinheiro, e estávamos no fim do ano, não havia hipótese de ir ao orçamento, liguei para o director e lhe disse: — Mas lá com aquele vosso dinheiro vocês não conseguem?

Depois de ter lhe dito que as peças já estavam aqui, segundo algumas informações. De facto, fomos e confirmámos que parte delas já estavam aqui há quase um ano. Dissemos que aquilo que era preciso pagar em dobras iríamos pagar em dobras com o vosso dinheiro, agora, em euros, o Estado até pode fazer algum gesto e não sei quê, como dizemos aqui.

E ele diz: - Ah não! Temos aqui uma conta com 5 000 Euros.

Risos.

Ora, no contexto do nosso orçamento, falo sob o controlo do Sr. Ministro das Finanças, 5 000 Euros é muito dinheiro. Por causa, muitas vezes, de 1000 dólares ou 10, 20, 30, 40 milhões, muitas coisas ficam imperadas aqui neste país. Entretanto, havia isso.

Agora, quebrar esses hábitos. É verdade que os senhores dizem que hoje estamos no poder e deveríamos tomar decisão, sobretudo se isso não é legal. Na verdade, isso tudo passou a fazer parte de um complemento de salário dessas pessoas todas, e é preciso lidar com isso. Como? O que fizemos até então, foi autorizar que se utilize essas verbas para as necessidades da Televisão, particularmente. Por exemplo, quando falta um pneu, antes de recorrerem ao OGE, se houver dinheiro, compra-se o pneu. Quando falta uma peça, compra-se a peça, quer dizer que se satisfaz por ordem de chegada. Aquilo que chegar primeiro, paga-se em primeiro lugar.

Portanto, se essas compensações chegarem, não é a melhor solução, porque eu próprio disse aqui que a utilização dessas verbas não tem sustentação legal. Daí que o que se deveria fazer, era, pura e simplesmente, dizer que todo o dinheiro vai ao cofre do Estado. É isto que está na lei.

Introduzimos isto, porque reconhecemos a sua delicadeza e também como uma das questões que o Conselho de Ministros deverá abordar numa das suas próximas reuniões, talvez até a primeira do ano essa questão deverá ser resolvida, mas qualquer que seja a decisão que se venha a tomar, já estamos a antever problemas.

Problemas, porque como eu já tinha dito, isso não tem uma base legal, mas tem estado a servir para pagar salários, pagar compensações, mas, essencialmente, pagar salários.

A questão dos meios rolantes levantada pelo Sr. Deputado Jorge Correia, creio ter respondido. Tenho aqui as outras anotações, mas creio que o Sr. Ministro das Finanças poderá respondê-las melhor do que eu, por isso, vou pedir ao Sr. Ministro das Finanças para continuar a dar respostas às questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para complementos necessários.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, respondendo às questões aqui levantadas, umas delas já foram devidamente elucidadas pelo Sr. Ministro, Secretário-Geral, contudo vou dar a devida resposta a algumas de acordo com as informações e com aquilo que está no Orçamento.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Correia em relação aos subsídios das autoridades públicas, eu já tinha respondido a isso na sessão passada, mas só para clarificar que as medidas tomadas ao nível do Conselho de Ministros referiam-se, principalmente, àquelas benesses que eram atribuídas às ex-entidades públicas que já não estavam no activo, mas continuavam a beneficiar de subsídios para pagamento de algumas despesas. Queria só dizer que essa medida foi publicitada por este Governo, mas já tinha sido tomada pelos anteriores governos. No anterior governo já havia uma decisão do Conselho de Ministros no sentido de mandar suspender o pagamento de água, energia, telefones àquelas entidades que não figuravam na lei.

Porque há uma Lei 5/91, que fala das regalias dos dirigentes e ex-dirigentes. E havia um grupo de pessoas ou de ex-entidades que não figuram nessa lei, mas que continuavam a beneficiar do pagamento dessas despesas de utilidade pública. Portanto, o anterior governo tomou, houve uma medida nesse sentido, mas só que não foi publicitada nem aplicada.

Este Governo aplicou as medidas, por isso, aquilo que está cá refere-se ao subsídio às entidades que estão em exercício. Essas estão bem patentes na Lei 5/91 assim como nas Leis 1 e 2/97.

Transferência para INIC, o Instituto de Inovação aqui é encarada como uma instituição sim, de governação e desde a sua criação era visto, aliás, tinha o nome de Governação Electrónica. É a forma electrónica de governação, por isso, ela está sob a tutela do gabinete do Primeiro-Ministro.

É claro que essa instituição vai evoluir um pouco mais e a perspectiva do Governo é de criar um sistema de informação centralizado à semelhança dos outros países, nomeadamente em Cabo Verde. Acho que muita gente já ouviu falar como da *NOSE*. Por enquanto temos esse serviço, ainda sob a tutela do gabinete do Primeiro-Ministro, mas há toda intenção do Governo de elevá-lo um pouco mais, alargar a sua área de acção com certeza e a partir daí veremos como enquadrá-lo dentro da estrutura orçamental.

Órgão de recurso está na lei de licitação. É o órgão supremo de licitação, portanto, a transferência feito referência é para o funcionamento desse órgão. Aliás, esse órgão é constituído por três elementos, sendo

um da representação da Assembleia Nacional, se não me engano, um do Governo e outro do Ministério das Finanças.

Funcionamento de manutenção da unidade, aqui refere-se ao funcionamento do gabinete do Primeiro-Ministro no que diz respeito a combustíveis, papéis, aquisição de materiais, etc..

Capacitação do pessoal no valor de 42 milhões de dobras, são para pequenas formações internas e não são assim muito caras. Aliás, para essas formações concretas, são formações muito específicas do sector, mas ao nível da administração se passarmos por outras administrações, há outras formações, nomeadamente, no Ministério das Finanças que são feitas, principalmente na área administrativa e financeira, em que todos os funcionários, de uma forma em geral, são abrangidos.

Reabilitação da TVS e conclusão da Rádio Nacional, nas Obras Públicas. Colocámos essas reabilitações que auxiliam para o funcionamento do sector, dentro do próprio sector. Portanto, aquelas que têm impacto nacional, claro que estão nas obras públicas, mas aquelas melhorias que contribuem para melhor funcionamento do sector, concentram-se no mesmo sector.

Fonte de financiamento, o Sr. Deputado dizia Guiné – Equatorial porquê não Tesouro, acho que deveríamos dizer Tesouro e porquê não Guiné - Equatorial. É quase a mesma coisa, porque mesmo o Tesouro se não cobrarmos, também não vamos conseguir pagar, porque é quase tão certa como a de Guiné - Equatorial.

Do nosso ponto de vista, todos esses financiamentos enquadram-se na capacidade de mobilização do Governo e ainda agora que temos um Orçamento dessa dimensão em que a parte dos investimentos da componente externa representa 93%. Se realmente e como é o objectivo do Governo realizar essas despesas, tem que haver um esforço de mobilização grande, sob pena de não conseguirmos realizar o Orçamento que aqui apresentámos.

É bom dizer também que os recursos internos são limitados, nomeadamente o Tesouro. Na minha intervenção na Plenária fiz saber que as despesas correntes representam 38 milhões de dólares e as receitas 36 milhões de dobras. Portanto, é já um défice. Para termos um pouco de margem para atender a esses pequenos investimentos com o Tesouro é graças a ajuda orçamental, também com o financiamento de Banco Mundial, que também está especificado no nosso Orçamento.

Pusemos Tesouro, porque esse financiamento não entra directamente para projectos. Esse financiamento entra no Orçamento Geral do Estado e depois o Governo é que sabe onde os afectar. Mas se tivermos a fazer uma análise pura, vamos chegar a conclusão que mesmo esse Tesouro que está aqui especificado, não é Tesouro propriamente dito. Não são nossas receitas. Portanto, é ajuda orçamental que recebemos do Banco Mundial, que utilizamos para fazer esses pequenos investimentos.

Guiné - Equatorial se é segura ou não, digo que é segura, portanto, *demarches* já estão quase concluídas nesse sentido, principalmente, essa referência é um donativo que se negociou junto ao Governo equato-guineese, que certamente, não será logo em Janeiro disponível, mas pensamos que daqui até o final do primeiro trimestre já teremos disponível.

O Sr. **Presidente**: — Feitos os esclarecimentos, não sei se os Srs. Deputados que colocaram a questão estão cabalmente satisfeitos ou esclarecidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para fornecer algum esclarecimento, porque o Sr. Ministro na sua explanação falou que seria bom também, já que cá na Sala há alguém ligado a essa matéria que tem a ver com as telecomunicações, e não só, pudesse esclarecer sobre aquilo que tem a ver com a Televisão.

Queria dizer o seguinte. Como sabem, faço parte de uma instituição que é AGER e nós no nosso dia-a-dia no nosso trabalho temos tido um contacto muito profícuo com a União Internacional das Telecomunicações, que é organismo que tutela tudo que tem a ver com a Rádio Comunicação, mesmo em termos de distribuição de frequências a níveis regionais.

Também aconselhamento técnico de tudo que tem a ver numa visão mundial com as telecomunicações e as tecnologias em si. Nesse sentido, gostaria de dizer que desde ano passado a União Internacional de Telecomunicações notificou a todos os países ao nível mundial, fazemos parte de uma organização com cerca de cento e tal países, para que se começassem a preparar para uma migração da tecnologia na lógica, que são as tecnologias actuais, utilizadas para rede e suporte de transmissão de imagens, digamos assim, para uma tecnologia digital.

E aí, em termos de meta, essa migração terá que ser feita, o mais tardar, até 2015. Isso importa dizer a todos os países que até 2015 têm de mudar o sistema de transmissão da Rádio ou da Televisão, para passar a regra digital. Porque nós todos estamos a nos converter ou a encaminhar para a utilização mais de digitalização do que todo o Oeste.

Vai-se abandonar completamente o uso de tecnologia na lógica que passará a ser uma tecnologia obsoleta. Dito isto, quero dizer que mesmo nós como país pequeno que é São Tomé e Príncipe, temos que começar a repensar sobre esse assunto, tanto mais que é da incumbência da AGER e ela já está a pensar no assunto.

Aliás, iremos tomar algumas decisões internas, em termos do objectivo, porque não, para juntar, digamos, uma comissão para se começar a pensar e debruçar sobre esse assunto, porque só temos, praticamente, mais 4 anos. Porque até 2015 se não abraçarmos essa nova tecnologia, essa nova incumbência da UIT, o que é que poderá acontecer? Por exemplo, como disse aqui o Sr. Ministro, as cassetes e tudo que actualmente é produzido na base de uma plataforma analógica, tornar-se-á obsoleto.

A partir de 2015 haverá necessidade de haver mesmo, em termos de elaboração dos programas, leis do estúdio, os seus conteúdos, tudo vai passar a ser digital. O suporte de transmissão que vai, digamos assim, fora da TVS, até as antenas e todo o sistema de transmissão do programa no ar, terá que ser digitalizado.

Se nós não abraçarmos isso, seremos completamente ultrapassados. Daí que tem que se pensar desde já, mesmo nos orçamentos, preparar o País em si para podermos a partir de 2015, estarmos a altura de continuar a retransmitir as imagens, sem que haja algum sobressalto interno. Apenas isso para esclarecer os Srs. Deputados, na base daquilo que disse o Sr. Ministro.

Mesmo se quisermos fazer algum investimento actualmente, teremos que repensar isso tudo, porque teremos que pensar no futuro e fazer algo que possa vir a beneficiar futuramente o País. Isso implicará alguma cautela e porque não começarmos, desde já, a preparar para essa era da digitalização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de saber se a comissão aceita a participação de outros deputados nesta reunião.

Está aceite?

O Sr. **Presidente**: — Está aceite sim, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, ouvi os esclarecimentos dados pelos Srs. Ministros, não quero dizer que não foram bem dados, mas ainda tenho algumas coisas que me preocupam, relativamente a esses esclarecimentos.

Sr. Ministro de Finanças, sinto-me deveras satisfeito, quando falou de donativo, a fonte de financiamento da Guiné - Equatorial é donativo, espero que, efectivamente, tenhamos a felicidade de conseguir mobilizar esses meios, porque vejo aqui muita coisa com financiamento da Guiné - Equatorial. Seria até muito bem se conseguíssemos mobilizar esses meios.

Mas uma coisa é certa, o financiamento da Guiné Equatorial não posso, de maneira alguma, comparar com aquilo que é Tesouro. Tesouro é Tesouro, aquilo que se vai buscar do exterior é do exterior, embora o senhor diga que uma parte do Tesouro também é financiado por meios externos.

O que me referia, quando falava de fontes de financiamento, é a questão de prioridade das prioridades. De certeza que o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, se tivesse algo no seu Ministério ou nos serviços adstritos a si, que tivesse um andamento real, provavelmente, o senhor iria pôr a realização dessa acção precisamente em Taiwan, no Tesouro ou, se calhar, no HIPIC. Portanto, refiro-me à questão de prioridade das prioridades.

Relativamente à questão de transporte, Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo, acho que o Governo deveria fazer primeiro a inventariação, consultar os serviços, antes de fazer a publicidade. Porque a imagem que o Governo deixou passar é de que havia realmente excesso de viaturas em circulação. Eu até acho que a medida é boa. A sensação com que fiquei, como cidadão comum, é de que havia muitas viaturas em circulação e que elas iriam ser recolhidas, já havia uma inventariação prévia e que seriam postas, quase todas, inclusive, à venda. Não sabia que as que iriam ser postas à venda eram, precisamente, apenas por questão de custos. O que eu também concordo.

Daí que quando tivermos que tomar medidas de esse tipo, entendo que o Governo deve antes de mais fazer um trabalho de casa bem afeito antes de fazer a publicidade. O mesmo acontece com a publicidade que foi feita em relação às benesses, porque fiquei com a sensação, na altura, que se tratava de benesses ligadas a governantes em função e não a ex-governantes.

O Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo falou das cobranças internas, creio que é algo extremamente complicado e complexo, porque não é só a Rádio e a Televisão que faz isso. É a Rádio, a Televisão, se formos ver, Cartório, Alfândegas, Registo Civil, Guarda-fiscal. A Guarda-fiscal, inclusive, impõe, se a gente não der as 100 000 dobras por cada contentor, o contentor não sai. Mas impõe mesmo! Também a Polícia. Portanto, acho que é uma questão que deve ser vista com ponderação, nós todos, não é só o Governo, mas também ao nível da Casa Parlamentar, conjuntamente, por isso é que retomo as palavras do Sr. Primeiro-Ministro, pela primeira vez que me senti assim um tanto quanto relaxado com a situação quando ele falava de «diálogo». Tem que haver muito, mas muito diálogo para que efectivamente possamos ter uma governação sadia.

Quando falava da questão de construção, conclusão, portanto, essas verbas ligadas a reabilitação, pensava que elas podiam ser transferidas, por exemplo, para as Finanças e o sector sabe, tem o seu projecto e estaria todos os dias junto das Finanças no sentido de fazer com que a alocação de verbas saísse das Finanças e não entrasse directamente no Gabinete do Primeiro-Ministro.

É mais ou menos nesse contexto ou senão no Gabinete do Primeiro-Ministro podia-se criar secções: Comunicação Social, tais, tais, tais; instituto, tais, tais, tais e não pôr aqui numa miscelânea, como se fosse tudo ligado ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

Aliás, quando vamos ver o somatório das verbas postas a disposição de cada sector, vemos aqui, por exemplo, a Presidência com 13 mil milhões, Primeiro-Ministro com 46 mil milhões. Há pessoas que logo a primeira vista dizem porquê que o Primeiro-Ministro tem que ter 46 mil milhões quando efectivamente há muitos serviços que estão adstritos ao Gabinete do Primeiro-Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra a outros Srs. Deputados gostaria de saber se o Sr. Deputado Jorge Correia face aos esclarecimentos do Sr. Ministro insiste na proposta de transferência.

O **Orador**: — Sim. Não deveria estar toda ela no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — É que o Sr. Ministro, no esclarecimento que deu, disse que essas reabilitações estão afectas ao sector, por se tratarem apenas de pequenas melhorias e não de obras fundamentais.

O **Orador**: — Não. Isso é quando falei de transferência para Obras Públicas. Mas, não sendo acho que aqui no Gabinete do Primeiro-Ministro, na minha opinião, deveria ser Gabinete do Primeiro-Ministro, já que a Comunicação Social pertence a Primeiro-Ministro, quer dizer separar a arrumação, pelo menos, uma vez que o Sr. Ministro diz que essas reparações são coisas paliativas, que não deveriam ir para Obras Públicas, mas vi aqui coisas pequenas na Obras Públicas, como capelas e não sei o quê.

O Sr. **Presidente**: — É uma proposta ou apenas uma sugestão? Estamos num campo ambíguo, se é proposta ou sugestão, se nessa sugestão em termos de arrumação por sectores, se é possível ou se isso como está satisfaz plenamente ou o Governo quer manter assim a questão?

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, era para dizer que depende da forma de apresentação. Nós aqui estamos a apresentar os orçamentos de forma, sei lá, por órgãos e por fontes de financiamento. Mas, se formos fazer uma apresentação por função, teríamos uma outra estrutura. Se fossemos apresentar por programas, teríamos uma outra estrutura, assim sucessivamente.

Como disse na minha explicação, essas obras aparecem aqui, porque são obras que contribuem para o funcionamento do sector. Portanto, elas não poderiam estar, por exemplo, no Ministério das Finanças, porque elas não contribuem para o funcionamento do Ministério das Finanças, mas se formos ver por uma outra classificação,…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Correia, se entendi bem, apenas está a se referir, por exemplo, tudo aquilo que está afecto ao Instituto de Inovação ter uma sequência, o que está afecto a Comunicação Social ter uma sequência e não, eventualmente, uma dispersão.

O **Orador**: — Ah, sim. É mais uma questão de organização.

O Sr. **Presidente**: — É possível fazer assim?

O **Orador**: — Sim, é possível.

O Sr. **Presidente**: — Então, não é uma questão polémica.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo, concordo plenamente consigo quando se refere a questões técnicas, realmente, carece de pareceres técnicos. Se calhar devo ter colocado mal a questão.

Quando o Sr. Ministro diz que mesmo com a instalação da unidade teremos o problema de envio das cassetes, creio que não. Se calhar devia ter dito unidade de montagem e envio. Não vou também aprofundar muito, mas dou um exemplo, a RTP faz as imagens e tem os seus mecanismos de enviar.

Portanto, uma vez que isso carece de pareceres técnicos, não quer dizer que isso seja retirado. Porquê?

Da forma como está inscrita na rubrica 31.58 «Aquisição de materiais e equipamentos para a Comunicação Social», aqui não específica que tipo de equipamentos se vai comprar. Daí que acho que o Governo pode, a curto prazo, solicitar um parecer técnico, para saber se é ou não possível neste orçamento, fazer a aquisição desse equipamento e depois informar. Acho que terei a oportunidade de solicitar, qual foi o parecer técnico, se é possível ou não a aquisição desse equipamento. Se não é possível agora, para quando será possível?

A verdade é que isso faz muita falta, como já referi anteriormente. Há notícias importantes que se perdem, porque perdem a actualidade por essa questão de não haver transporte para se enviar as cassetes. Esta unidade, certamente, permitirá a montagem e o envio das imagens.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, antes de mais gostaria dizer que não há lugar em substituição de deputados nesta apreciação em comissões, na Plenária sim, mas gostaria que me esclarecessem depois, em caso de um deputado efectivo não estar presente se o seu substituto pode ou não participar nas reuniões das comissões. Substituto do deputado efectivo em plenas funções.

Outra questão que levanto é apenas para pedir algum esclarecimento ao Governo. Ouvi e percebi muito bem a explicação dada sobre o subsídio as autoridades públicas que aparecem em alguns órgãos, nos outros não. A partir daí já há uma desigualdade. As leis que o Sr. Ministro aqui referiu, a primeira dava um direito aos Membros do Governo, os titulares de órgãos de soberania terem direito a casa do Estado e na ausência dessas infra-estruturas do Estado a lei a seguir vem contemplar uma renda para aqueles que não tenham casas próprias. Aí é que está a confusão.

A lei contempla uma renda, para os titulares de órgãos de soberania ou membros do Governo, já que o Estado não tem casa para esses membros, aqueles que não tenham casa própria terem direito a uma renda para ter uma casa condigna para um membro do Governo.

O que tem sido prática efectivamente, e o senhor ex-director do Orçamento sabe que debati muito isso e, inclusive, não recebia, é que todos, na generalidade, recebem, quer aqueles que têm cinco casas ou que tenha uma casa condigna e aqueles que não têm também recebem.

Então estamos aqui a atirar barros para os olhos do povo. Quando vimos ao público dizer que estamos a diminuir despesas, que estamos a cortar algumas despesas supérfluas, estou a usar aquilo que foi dito na Comunicação Social, e no fundo, estamos a cometer uma injustiça. Efectivamente, há membros do Governo que podem não ter casa própria. Não a tendo, a lei contempla-lhe um direito de ter um subsídio de renda. Aqueles que têm a casa própria, não têm este direito. Se essas despesas devem ser uniformes, porque não há ministro de primeira nem ministro de segunda, na minha opinião, com excepção do Sr. Primeiro-Ministro

que é o chefe, todos os outros ministros estão no mesmo nível. Se é para renda de casa, pagamento de energia e água, comunicação, porquê que uns têm mais que outros?

Porque não importa um alugar vivenda, outro alugar um apartamento, é uma casa, porquê que há diferença? Outra minha dúvida é porquê que isso não fica especificamente claro no Orçamento? «Subsídio de renda», «subsídio para pagamento de despesas de água e energia e de comunicações», para ficar claro qual é o montante que o contribuinte está a dar ao Governo para estas despesas. Não de forma bruta como está aí, só se vê «subsídios as autoridades públicas», uns com 300 e tal milhões, outros com 200 e tal milhões, outros com 400 e tal milhões, ninguém sabe porquê que há essa diferença, essa desigualdade, se são despesas que todos têm direito?

Na minha opinião, acho que devíamos pedir ao Governo que discriminasse claramente essas despesas de autoridades públicas, o que é que isso quer dizer. Se é para renda, então ponha lá renda e o valor…

Uma Voz: — Por ministério?

O **Orador**: — Por ministério e por presidência. Por exemplo, a Presidência tem casa do Estado. Há uma residência oficial do Presidente da República, se ele não a utiliza é a própria vontade dele. Agora, não se pode é estar a dar-lhe de novo uma renda quando a casa está a sua disposição. Acho que isso é que é chamado de desperdício que temos estado a cometer.

A outra questão que me preocupa e vem de longa data, e isso também o senhor ex-director do Orçamento sabe, quando discutíamos o orçamento lá nas Finanças eu batia sempre nisso. O que é para nós o Ministério das Obras Públicas? O que é a Direcção das Obras Públicas? Isso faz-me muita confusão.

A Direcção das Obras Públicas é o órgão regulador, não é executador. Quem é o legítimo proprietário das Obras Públicas? É o Património do Estado.

Portanto, qualquer obra que se faça e que seja pública é património do Estado. Logo, todas essas obras, estou a falar do Gabinete do Primeiro-Ministro, mas também de outros sectores, deviam ficar directamente no Ministério das Finanças, na Direcção do Património do Estado. Só cabe aos outros sectores saberem que vão ter esses valores destinados a obras que eles solicitaram. Mas não têm que ficar necessariamente afectos ao ministério A ou ao ministério B, porque só há um dono das obras, só há um órgão regulador.

O dono da obra tem lá verbas para fazer as obras, o órgão regulador deve elaborar outros cadernos de encargos, entregar ao dono da obra, ele lança o concurso, adjudica e o órgão regulador vai fazendo seguimento.

Nós aqui fazemos o contrário, cada um lança as suas obras, adjudica, as Finanças paga e quando há um problema, chama o Ministério das Obras Públicas para ir demolir. Aí é que é o erro que se está a cometer. Por isso, que quando se diz que se deveria transferir essas obras para o Ministério das Finanças é exactamente o sector que tem a ver com aquilo que é o património do Estado.

Uma remodelação no Palácio do Governo, ou no Palácio do Povo, é a obra do Estado, não é do Primeiro-Ministro nem do Presidente da República. Há um dono da obra, dono dos patrimónios, de todos os patrimónios do Estado.

Há uma direcção que é legítima, está na lei, a menos que quiséssemos modificar isso. Essa é uma questão que se deve ponderar e tomar decisões o mais urgente possível para não haver essa dúvida. Vê-se aqui um montão de obras no Gabinete do Primeiro-Ministro, porque a Comunicação Social, o Instituto está afecto ao gabinete do Primeiro-Ministro, não tem que estar. Pode estar afecto a Primeiro-Ministro, mas essas obras não têm que estar aí.

Com relação às viaturas, compreendo a preocupação do Governo, mas se se manter a aquisição de viaturas neste Orçamento, o Governo terá que fazer uma comunicação à Nação. Porque o que todos nós ouvimos é que há muitas viaturas do Estado, sem que haja necessidade para tal, e que algumas delas iriam ser vendidas. Até falava-se de 100 viaturas para venda.

Este número, obviamente, não é oficial, mas se o Governo lançou isso para o exterior e que todos nós batemos palmas, efectivamente, se há carros a mais, porque não vender e afectar essas verbas a outras prioridades. Mas, no entanto vimos no Orçamento compra de novas viaturas com explicação dada aqui pelo Governo, que estou plenamente de acordo, mas é necessário clarificar.

Dissemos isso, mas depois viemos constatar que não e temos que comprar efectivamente mais oito ou mais 10 viaturas, isso para tranquilizar, no país de paz. Porque a sensação que fica é que os anteriores governos compraram muitos carros e que há necessidade até de vender algumas dessas viaturas e, no entanto, o que está aqui é compra de mais outras viaturas. Então, aonde é que estamos?

Se bem que compreendo a preocupação, já havia dito isso, mas há que se comunicar à Nação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, apenas gostaria de obter algum esclarecimento. Talvez o Sr. Ministro da tutela poderá explicar-me isso melhor.

A compreensão que tenho é que ao nível do País, temos um serviço, isto é, dentro do ministério temos um serviço, uma Direcção de Tesouro, que deve, em princípio, controlar tudo aquilo que tem a ver com as despesas do Estado. Essa Direcção controla as despesas e ela deve também seguir a execução do orçamento. Certamente, ela produz uma informação que possa permitir a nós Deputados seguir aquilo que o Governo projectou realizar ao longo do ano económico de 2011. Acho que isso é uma forma de podermos ter maior controlo daquilo que se faz.

Não obstante o facto, como disseram cá alguns deputados, tem que se abrir e espelhar tudo. Mas acho que nessa parte, a Direcção do Tesouro, que tem a incumbência de controlar as despesas do Estado, ela, certamente, controlará, de uma forma eficaz, porque senão não sei que tipo de Estado teremos. Se não houver um controlo efectivo por parte dessa Direcção. Essa Direcção a controlar, é claro que ela vai seguir um plano de execução orçamental e também vai fornecer informação acerca disso.

Gostaria de entender, se calhar, da parte do Sr. Ministro poderá explicar um pouco melhor os mecanismos que há para que nós, como Deputados, possamos fiscalizar as acções governativas.

Outro facto é apenas para esclarecer o Sr. Deputado, quando disse que não entende que aqui ao nível de São Tomé, aquela questão que levantou da RTP, é para lhe dizer que a RTP é uma instituição grande, é diferente, tem antenas de recepção de sinais que permitir esse automatismo directo de recebermos imagens por via satélite e depois retransmitir aos outros países. É completamente diferente em São Tomé, porque não temos meios, de antemão, desde já, para conseguir fazer esse tipo de transmissão directa.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Por isso é que pedi parecer técnico para saber se seria possível ou não.

O **Orador**: — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Para uma questão de precisão e de orientação a Mesa, as preocupações dos Deputados, levantadas nesse quadro devem ser esclarecidas pelo Governo.

Não há dúvida que o deputado que sustenta o Governo pode colaborar, mas não pode estar a dar respostas a questões que o deputado levanta, ao menos que o Ministro delega ao Sr. Deputado e não se pôs cá a questão de fiscalização. Ninguém pôs cá a desconfiança de que a verba pode ser desviada para um outro lado qualquer, não ouvi cá isso. O que se está a pedir é que fique bem claro, quais são as despesas que vão ser feitas, em função das obras ou de projectos que estão inscritos.

Vamos pegar num exemplo, «construção de troço de estradas», tudo bem. Quais são essas estradas? Em que local? São ou não prioridades?

O deputado deve saber, porque esse instrumento já não é do Governo. É preciso saber.

O Governo tem a iniciativa da lei, mas deixou de ser do Governo. Enquanto estiver cá na Assembleia Nacional, é dos deputados. Os deputados em colaboração com o Governo querem clarificar tudo, e ao Governo cabe dar resposta e convencer os deputados se efectivamente aquilo que está aí é a melhor forma de ser implementado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos entrar nessa polémica, porque não nos traria benefícios adicionais. Quer os Srs. Deputados do Governo, quer os da oposição podem e devem emitir as suas opiniões, quer sejam favoráveis às opções do Governo, quer não. Daremos também a palavra aos Srs. Ministros que representam o Governo para os devidos esclarecimentos.

Mas, antes de passar a palavra para o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo ou o Sr. Ministro das Finanças, na sequência das várias intervenções, queria apenas pedir aos Srs. Membros do Governo que tivessem em conta algumas considerações.

Eu sei que os Srs. Deputados Guilherme Octaviano e Jorge Correia levantaram essas questões atinentes a formação, com maior ênfase para a Rádio e a Televisão. O Sr. Deputado Guilherme Octaviano até dizia que há uns «Pélés», e isso é mais por uma questão da qualidade e quer a Rádio como a Televisão, que são órgãos públicos, têm um papel significativo no que concerne à formação, sobretudo, da jovem geração.

Um segundo aspecto prende-se com as dificuldades que a Rádio Nacional tem para poder manter um sistema de segurança efectivo. Aí também para estar de acordo com as preocupações, porque não é um problema que se levanta só agora, é um problema recorrente, mas que houvesse um esforço no sentido de se fazer uma análise entre o custo/benefício para saber se a própria Rádio Nacional ou o Governo pudesse encontrar um mecanismo para com as verbas disponíveis evitar que esse vandalismo pudesse prosseguir.

A questão de natureza legal que o Sr. Ministro fez referência, na utilização dos fundos, sobretudo, na Televisão são-tomense, é preciso, aliás, pela informação que nos foi dada - e eu não tinha visão dessa realidade, nunca lidei com esse sector -, mas é preciso, de facto, nós nos atermos à questões de natureza legal, porque estamos num Estado de direito democrático onde as instituições começam a se afirmar e as entidades públicas têm também a obrigação de contribuir para que os cidadãos não incorram em erros e amanhã podem vir a ter problemas de natureza judicial significativa.

Nesse sentido, chamaria a atenção para que se fizesse um esforço no sentido de resolver com urgência esse problema de ordem legal, e que mesmo nós, os deputados, devêssemos também estar atentos e na nossa acção de fiscalização pudéssemos contribuir para isso.

Por último, a questão que eu chamaria de cooperação intersectorial. Foi dito aqui pelo Sr. Ministro, quando o Sr. Deputado António Barros falava da questão da TVS e a da existência de partes dos equipamentos no País e por dificuldades de natureza financeira, permaneceu no porto quase um ano, julgo eu, sendo a empresa ENAPORT uma empresa pública e a Televisão uma instituição de natureza pública, não encontro outra palavra, mas vou utilizar uma palavra forte, porque cheira muitas vezes a irresponsabilidade, falta de habilidade administrativa ou burocrática, porque é o Estado que tem a Televisão e a ENAPORT, não consegue ultrapassar problemas dessa natureza, faz com que muitas vezes, …mesmo os donativos, ultimamente, fomos surpreendidos com uma comunicação de que se estragaram muitos medicamentos no porto, cerca de dois contentores, porque havia dificuldades no Ministério da Saúde, quando a instituição é pública, deveria haver da parte das autoridades governamentais e administrativas um esforço no sentido de haver alguma cooperação para que um País que viva com tanta dependência do exterior não se dê ao luxo - eu chamo isso de luxo desnecessário -, de estarmos a perder essas coisas.

Agora sim, passo a palavra ao Sr. Ministro, para dar os últimos esclarecimentos, particularmente, às questões levantadas pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Há um aspecto que também me surpreendeu na sua declaração Sr. Deputado, que é a questão dessa lei que fixa os subsídios e particularmente aquela questão da renda de casa.

Não tenho bem presente a lei, mas fica-me uma grande interrogação. Será que a lei pode ser feita nesse sentido? De dizer quem tem a casa não receberia e quem não tem receberia? Portanto, é uma dúvida que levanto. Isto significa que eu que tenho a casa estaria a financiar o Estado? Acho que não deveria haver essa promiscuidade. Todavia, não tenho presente a lei e assim passaria a palavra ao Sr. Ministro para devidos esclarecimentos sobre as últimas questões que o Sr. Deputado Delfim Neves levantou e muito particularmente sobre essa questão das obras e a sua colocação nos ministérios e não no Ministério das Finanças.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, vou responder, primeiramente, à questão dos subsídios. Houve uma decisão do Conselho de Ministros, se a memória não me falha, em 2004, onde se fixou os montantes para as diferentes categorias. Não há diferença. No Orçamento pode aparecer valores diferentes, porque há vários beneficiários. Pode haver diferença entre um e o outro ministério. Um ministério pode ter um ministro que recebe renda de casa depois um, dois ou três assessores, também que recebem subsídios de água e energia. Pode ter, por exemplo, o caso da Presidência da República, vários assessores que recebem renda de casa, vários que recebem de água e energia. É essa causa da diferença que existe entre um valor e outro. Temos uma forma de apresentação, …

O Sr. **Presidente**: — Só um momento, Sr. Ministro. Isso tem que ficar devidamente esclarecido. Não sei se o Sr. Deputado Delfim Neves referia-se ao volume dos valores que constavam nos sectores ou à diferença de recebimento dentro da mesma categoria.

O **Orador**: — Não. Isso não existe. Portanto, não quero ainda falar da lei, mas como já tinha dito há uma decisão do Conselho de Ministros de 2004, que estabelece o montante para cada categoria. Todos os ministros têm um valor, o Primeiro-Ministro tem um valor, Secretário de Estado tem um valor, os Juízes têm um valor, portanto, está bem fixo.

Não há diferença entre uma categoria e outra. O que difere nos montantes aqui inscritos é que numa determinada instituição pode aparecer vários beneficiários. Há instituição que tem menos e outras que tem mais. Como por exemplo, se formos ao Tribunal ou Procuradoria da República veremos um valor muito superior a todos outros, porque tem por volta de sete a oito Procuradores Adjuntos. Há Procuradores que recebem valores mesmo coincidentes, mas são valores que somando dá montantes mais elevados.

Temos uma forma de apresentação do Orçamento, onde vem aqui discriminado aquilo que é para renda de casa, água, energia e para comunicação. Poderemos fornecer esse detalhe também a Comissão para apreciação. A terceira coisa que gostaria de esclarecer em relação a esse ponto é para dizer que o Presidente da República não recebe o subsídio de renda de casa, porque como sabe é a única entidade aqui que tem disponível uma casa com condições e recheios suficientes, de acordo com a categoria.

Em relação a lei, permita-me dizer que o Sr. Deputado acrescentou mais alguma coisa. Portanto, não faz referência a casa própria, porque temos aqui a lei que diz no artigo 27.º «Regalias dos membros do Governo», alínea b) diz: «A atribuição de casa de Estado compatível com as funções com o necessário recheio para sua habitação ou subsídio de renda.» A redacção é esta, não faz nenhuma distinção entre quem tem casa própria e quem não tem, aliás, como explicou o Sr. Presidente, o legislador estaria a criar algum problema, fazendo essa discriminação. Quer dizer que no fim, a pessoa estaria a subvencionar.

Em relação a questão de inscrição do orçamento nos Ministérios das Finanças, das Obras Públicas e nos diferentes ministérios. A nossa apresentação está de acordo com aquilo que é o classificador económico nacional, e ela tem uma lógica. É um classificador funcional programático e é de apresentação. Reparem bem que essas obras aqui ainda não são património. Elas serão património depois de concluídas.

Na óptica contabilística elas são patrimónios do Estado, então elas têm que estar registadas no Ministério das Finanças e na Direcção do Património. Mas na óptica de realização e de execução em si elas têm que estar no sector, na instituição competente para a sua realização. Claro que os Srs. Deputados podiam ter razão, mas essa é uma forma de apresentação do Orçamento.

Estamos a falar em termos de afectação e execução. Não estamos a falar em dados já obtidos, porque se estivéssemos a falar do património nacional, já estaríamos a falar na óptica contabilística e consequentemente estaria no Ministério das Finanças. Se realmente estivéssemos a ver nessa perspectiva podíamos dizer que nenhuma verba estaria em lugar nenhum. Ela estaria toda concentrada no Ministério das Finanças e cada sector ia pedindo.

Mas em termos de apresentação e de execução, elas têm que estar lá na instituição que vai executá-las. É nessa óptica de apresentação que o Orçamento é formulado.

Deixo outras questões para serem respondidas pelo Ministro, Secretário-Geral do Governo.

Desculpe Sr. Presidente, eu queria só fazer uma pequena abordagem sobre a questão das viaturas do Estado e os comentários aqui feitos. O Governo, realmente, numa das suas primeiras sessões fez menção a problemática das viaturas do Estado. Fê-la na base das informações disponíveis que tem e também na base do tipo de viaturas e o custos que o Estado tem assumido com as mesmas, e pensando que podia-se adoptar melhor forma de utilização e de aquisição delas.

Se repararem, há um desnível total em termos de viaturas na administração central. Há direcções com carros de alta cilindrada, carros de luxo e de última gama. Directores com carros superiores a ministros, direcções que não saem fora da cidade com carros *jeeps* topo de gama 4X4. Portanto, se olharmos para o nosso parque automóvel existe e vem aumentando de dia para dia.

Quando o Governo tomou posse, para além das viaturas já existentes, havia encomendas em curso de mais de trinta viaturas novas, e todas elas de alta cilindrada. O Governo tentou controlar essas aquisições e travou-as. Fizemos um levantamento de todas as viaturas em bom estado, em estado regular e em mau estado, fizemos uma avaliação e vimos que havia a necessidade, realmente, de alienar todas essas viaturas que estavam em estado regular e em mau estado, na perspectiva de ver se começávamos com isso a fazer a regulação do parque automóvel do Estado.

Continua a ser preocupação do Governo, sim, uma vez feito tudo isso, para quem está a par das coisas sabe que se tem alienado muitas viaturas do Estado nesses últimos tempos. Pelo menos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros era um sector que tinha muitas viaturas no seu parque, alguns em estado regular, alguns em mau estado, portanto, o Governo vem alienando essas viaturas todas. Pensamos que até o final do primeiro semestre conseguir, pelo menos, realizar essas que estão em estado regular e em mau estado, e ver como é que redistribuiremos as novas, porque, no futuro, o Governo tem a perspectiva de desenhar uma política diferente em relação a aquisição de viaturas para o funcionamento do Estado.

A título de exemplo, quando chegamos ao Gabinete do Primeiro-Ministro havia já encomendada uma viatura para esse Gabinete, mas o Governo achou que não era necessário, e com a verba para uma só viatura, conseguiu-se desdobrar em três viaturas pequenas, para o funcionamento dos serviços.

A política do Governo é de requalificar ou melhorar esse processo de aquisição e utilização das viaturas do Estado, e com certeza, a médio prazo, tendo em conta os constrangimentos que existem e aqui focados pelo Ministro, Secretário-Geral, a médio prazo achamos que conseguimos melhorar essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — Sr. Presidente, gostaria de começar por dizer que as preocupações que aqui foram levantadas são todas elas legítimas, e mais do que legítimas, essas preocupações são todas elas muito mas muito antigas.

A questão do dinheiro de Estado que é utilizado de forma paralela, lembro-me ainda, sou quadro do Ministério das Finanças e quisemos fazer uma auditoria, por exemplo, a Migração e Fronteira, porque na nossa perspectiva tudo que é dinheiro e tudo que é bem público, esteja na Presidência ou na Assembleia, e as nossas teses de órgãos de soberania, na minha interpretação das leis da República e dos próprios fundamentos do Estado de direito, os bens, estejam eles onde estiverem, não há órgãos de soberania não há nada, o que há, é regras que cada uma dessas instituições tem que respeitar na utilização dos bens e dos recursos.

E para que saiba que cada um desses órgãos está a utilizar os bens com os propósitos para os quais eles foram concebidos, alguém tem que verificar. Para isso, há Tribunal de Conta, há Inspecções e até auditorias externas.

O que é que aconteceu? Migração e Fronteira, pura e simplesmente, disse que não deixava lá ninguém entrar para fazer auditoria. Depois começou-se a dizer que é paramilitar, não sei quê e tudo o mais. Mas sabemos que noutras paragens mesmo os militares, os exércitos têm auditorias, vistorias e tudo isso.

Agora, a lei prevê, se calhar, formas próprias, para que as auditorias sejam feitas em cada sítio, em cada lugar.

Utilização do dinheiro do Estado é antigo e recorrente. Sabemos que os Cartórios cobram bastante dinheiro e não depositam a tempo. Sabemos que mesmo as empresas do Estado que no fim do ano têm que fazer a contribuição, não fazem, há serviços que cobram dinheiro e utilizam.

Quando se faz qualquer inquérito claro que as pessoas dizem que sem esse dinheiro não conseguiriam funcionar e que é graças a esse dinheiro e tudo mais. Mas isso só nos diz o quão temos que reformar a nossa Administração Pública. Porque, de facto, costumamos dividir isso aqui em informal e formal, mas dentro do nosso formal, que é o Estado, que é Administração Pública, temos um grau de informalidade, que é incompatível com as boas regras de gestão da própria administração.

Gostaria de voltar ainda a essa questão das viaturas que já referiu o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, porque à primeira vista pode parecer uma questão simples, mas não é. É uma questão extremamente complexa. Complexa porquê? Porque não há regras precisas, claras, definidas e não havendo essas regras elas não podem ser aplicadas e controladas. Porquê? Porque as viaturas tendem muitas vezes a beneficiar uma pessoa. Vamos ter uma pessoa que vai defender com unhas e garras a aquisição, a utilização, a afectação ou até mesmo a venda dessa viatura, porque ele está interessado em última análise na aquisição dessa viatura.

Não comprar, creio que o Governo nunca disse que jamais se compraria, porque quando chegámos constatamos esse facto. A primeira coisa que fizemos foi travar essas aquisições de viaturas que eram na sua grande maioria os *jeeps* que custavam 28 a 30 000 Euros, e parámos. Mas quando paramos, por exemplo, no caso do Gabinete do Primeiro-Ministro, estavam encomendadas duas viaturas. Portanto, um *jeep* 4X4, creio que eram Mitsubishi. Quando parámos isso, levaram-nos o contrato assinado e a adjudicação, e o mais grave, é que naquele caso quem ganhou e vou contar isso com algum detalhe para

que vejam a situação em que estamos. Parámos e disseram-nos que a CIM tinha levado para o órgão de recurso, já tinha passado pelo COCIL, e pelo órgão de recurso, porque a CIM contestava a legalidade e outros aspectos. A COCIL deu razão a empresa.

A empresa que já tinha um contrato devidamente assinado com o Estado e no orçamento, por acaso, até constava a verba. Eles disseram-nos que não tinham mais nada a fazer. O Estado lançou o concurso, participaram, encomendaram, fizeram, …, mas esse não é o único caso. Encontramos essa solução, que foi de transformarmos aquilo em três viaturas pequenas para expedientes ou afectação a outros serviços.

Por acaso essas viaturas ainda não nos foram entregues, por causa dessa alteração que foi feita. Então, quando chegarem, hão-de ser afectadas a outros serviços. Lá estamos nós a comprar viaturas. Mas isso tem um outro problema, é que podíamos dizer que não. Íamos para Tribunal e nós perderíamos. O Sr. Ministro das Finanças nem deve saber, porque mostraram-me isso ontem a noite. O Estado foi ontem, mais uma vez, condenado num desses contratos a 15 biliões de dobras.

Aqui pelos nossos próprios Tribunais, o Estado já foi condenado. Bom, não li, não vi a sentença, mas vi só a notificação que foi preparada. Portanto, vamos ter que comprar, mas compramos essa, mas, se calhar, vamos ter que comprar outras. Se calhar, aqui vamos fazer uma análise de custo/benefício, para saber se valerá mais comprar mais uma, mais duas ou mais três ou correr o risco de uma condenação dessa natureza.

Mas eu estava a dizer que a questão da viatura, a decisão do Governo tinha também uma dimensão moral e ética, que não se pode excluir dessa questão. Tomo um exemplo simples. Há dias os senhores todos devem ter visto como eu, eu também fiquei chocado quando vi a minha colega a Sr. ª Ministra da Saúde, com capacete e uma pá, a lançar a primeira pedra para se construir uma incineradora, creio, no Hospital Central.

No fim, quando dizem o preço é 9 000 euros ou 9 000 dólares, e financiado por um organismo externo, já não me lembro qual é, mas não era do Tesouro. Então dizemos de facto, quando comprarmos todos esses carros a 30 000 euros, 35 a 40 000 euros e uma incineradora que é uma coisa que custa aparentemente 9 000 Euros. Toda gente sabe, não é preciso chamar um comité de peritos chineses para nos explicar isso, porque toda a gente sabe o que é que representa uma incineradora para um Centro Hospitalar. E não temos e estamos a comprar.

Quando pomos isso de racionalizar e tudo o mais, creio que é um primeiro passo adoptado, eu diria até de forma um bocado empírica, mas que tem essas dimensões que devem ser consideradas. Estou de acordo com os Srs. Deputados que se referiram a essa questão. É verdade que o risco de se contradizer e de dar o dito pelo não dito é grande, mas a verdade é que precisamos todos de meter as mãos nisso e de fazer alguns sacrifícios colectivos, porque senão, …hoje estamos a fazer essas críticas que encontramos 30 e, se calhar, vamos fazer um esforço para quando deixarmos o Governo não haver uma encomenda dessa, mas estaremos a tapar esse furo, e quem sabe, se calhar, a abrir um outro. O outro não virá, talvez, não falará de viaturas, mas de subsídios de renda de casa e outras coisas.

Um outro problema importantíssimo que aqui está é, de facto, o problema de formação. O problema de formação, continuo a dizer que aqui também há um problema. Há um problema porque, de facto, não há uma programação como deveria ser. O que é que a gente faz? A gente diz, vamos mandar, pelo menos, não sei quantas pessoas em determinadas áreas e tal, e fica-se por aqui. Não há um trabalho feito em termos de conteúdo de avaliação, porque isso deveria começar em casa. Primeiro, dizer quais são os recursos humanos que temos e, depois, quais são os seus pontos fracos e fortes? E precisamos de melhorar tais, tais, tais aspectos, e depois, se calhar, encontrar no exterior a formação que possa permitir colmatar isto ou desenhar a formação necessária para poder lidar com as fraquezas de cada um deles. Ora, a partir daí encontramos todos os obstáculos. Primeiro, gente para fazer isso, financiamento para isso, e então, o que acontece? Vamos muitas vezes para formações que, se calhar, não têm nada ou muito marginalmente têm a ver com aquilo que a gente regressa ao País e vai fazer. Por exemplo, na Televisão, o que é que nós todos que estamos aqui notamos?

Há dias estavam a falar de arroz e a palavra estava escrita com um r apenas. E erros desse tipo aparecem muitas vezes. As pessoas escrevem e não vêem, e aquilo não deve ter um dicionário ou aquela máquina para corrigir automaticamente, porque essas coisas hoje se corrigem automaticamente, e há esses erros.

O que é que isso quer dizer? Quer dizer que essas pessoas têm deficiência elementar, porque na língua todos nós havemos de morrer com deficiências, mas elas têm essas deficiências básicas. Mas, muitas

vezes, quando se vai ver quem fez isso, é alguém com formação universitária. E eu digo, nessa matéria de língua, às vezes, até alguém que fez 12.º ano e todo o curso em Portugal, mas têm enormes deficiências.

Relativamente a essas pessoas, há um problema. Quer dizer que essa própria pessoa é que tem que tomar consciência disso e dos seus limites. Em vez de checar uma vez, checar duas a três vezes e não ter problema de passar ao colega de lado. Como eu disse é a organização de todo o serviço e não é a formação. De dizer que ninguém esteja aí a improvisar mais do que uma frase para intercalar, mas não estar aí a discorrer, às vezes, sobre um assunto que uma pessoa não tem o domínio perfeito, então, comete erros de língua e do próprio conteúdo, e isso é um problema.

Como não temos dinheiro suficiente, como eu disse, muitas vezes, o dinheiro que pomos aqui nesse orçamento é só para pagar subsídios e viagens.

Entramos para um curso que estão a fazer que muitas vezes acham que é muito bom para nós. E depois põe-se outro problema na selecção. Quem tem competências, muitas vezes, para acompanhar esse curso e ter resultados, já foi para curso anterior. E se calhar uns já foram duas vezes e outros estão aqui. É o problema que se coloca quando se tem 10 viaturas num serviço e há 10 pessoas e o último é o servente, ele julga que a 10.ª viatura é para ele.

Portanto, é um problema de organização que temos que ver. Por isso, é que estou a falar dessa problemática de formação e de viatura. Essa questão de dificuldade da RNSTP é, de facto, uma dificuldade que não deveria haver, que está relacionada com a questão da segurança que levantou o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, Presidente da própria Comissão e os outros Deputados também, é uma questão que não deveria haver, porque deveria haver uma ordem para que se pudesse lá polícias.

Mas essa decisão, creio que já foi também tomada no passado. Eles estão lá durante algum tempo, depois desaparecem. Nós pedimos ao Sr. Ministro de Defesa e da Segurança Pública para fazer isso, esperemos que ele assim faça.

Quanto a utilização de fundos, estou de acordo com todos os Srs. Deputados que disseram que é um problema de legalidade. Não há base legal, não se pode continuar com todo o risco, como dizia o Sr. Deputado Alcino Pinto, com todo o risco que isso acarreta, de amanhã as pessoas serem chamadas à Justiça e tudo mais. Por isso, é que inscrevemos isso como uma das questões que serão abordadas num próximo Conselho de Ministros para se ver como é que se lida com isso, porque, de facto, isso já se tornou salário das pessoas, se tornou um hábito, uma condição de funcionamento e há problemas.

A questão da cooperação multissectorial é um problema grave com o qual todos os governos sempre lidaram mal. O que é que isso quer dizer? Há um sector que tem um serviço e não tem uma viatura para cumprir as suas actividades e noutros estão duas, três viaturas paradas. Portanto, não há essa sinergia que se poderia tirar na utilização de recursos.

Mas esse problema não se põe só em relação a isto, lembro-me, fui funcionário do Ministério das Finanças de 1988 a 2004 e o que é que a gente notava? Vinham, por exemplo, e tenho aqui testemunha, convites para participarmos numa formação em Portugal, vinha, por exemplo, quatro para o Banco Central e quatro para as Finanças. E, por exemplo, o Banco Central tem sempre dinheiro e financiava os quatro e do Ministério das Finanças não ia ninguém porque o ministério não tem dinheiro. Ora, Banco Central, na minha perspectiva, uma vez mais, Banco Central não tem dinheiro, o dinheiro é do Tesouro e o Tesouro é o único accionista. E nas leis do Banco Central está até dito que se o Banco Central tiver dificuldades, o Tesouro, logo o povo tem que pôr o dinheiro.

Logo se a Nação toda só tem dinheiro para quatro pessoas, Banco Central pagaria para dois seus e também para os outros dois das Finanças. Agora, vai dizer isto ao Governador do Banco, não estou a falar deste, porque já não lá estou desde 2004. Mas vai-se dizer isso ao Governador do Banco? Ou vamos supor que as duas pessoas não sejam do Ministério das Finanças, mas sejam de um outro ministério, vai-se dizer isso ao Ministro das Finanças que deveria ser assim?

E depois depende até do peso que tem o Governador do Banco, se ele é de uma comissão política e o Ministro das Finanças é um técnico ou é um indivíduo mais baixo na hierarquia do partido que suporta o Governo e tudo mais. É uma complexidade, daí que essa questão de colaboração multissectorial é importante.

Por exemplo, não sei qual é a causa, mas acontece várias vezes que as mercadorias fiquem e é verdade que há uma norma que quando se compra, tem que se pagar, porque o próprio Estado não pode beneficiar de isenção. Mas quando é uma dádiva não se precisa pagar os impostos. E então qual é o problema? Acontece que nas próprias Alfândegas, para falar que é um serviço de Estado, as coisas ficam lá enquanto não se paga e muitas vezes são coisas urgentes. Acontece também com a ENAPORT.

Isso acontece com a TVS. A Ministra da Saúde está todos os dias a fazer essa guerra, porque ela manda os comunicados da Saúde para vacinação, etc., a TVS apresenta-lhe sempre as facturas, porque tem que ir uma ordem do Gabinete do Primeiro-Ministro a dizer que passa-se isso e isso, porque era a prática deles.

Daí essa questão de cooperação multissectorial, pode parecer uma coisa banal, mas é fundamental para o funcionamento do nosso Estado.

Quero voltar novamente a essa questão de legalidade. É verdade que a questão da renda das casas, acho que tem que se ver a lei, é verdade que a lei fala de casa ou de uma renda, mas é preciso ver depois as outras decisões posteriores e dos próprios governos.

Porque é verdade que os ministros com um salário de 6 milhões de dobras, primeiro, é uma aberração ter esse salário e depois ter uma renda de casa que é superior ao próprio salário. Não estou que a dizer que salário seja pouco ou baixo, porque toda a gente sabe e quem lá está foi de livre vontade e sabia que o salário é este valor.

A verdade é que não se pode ter um salário e um subsídio que seja quase o dobro. Isso está mal. Subsídio deveria ser, de facto, subsídio e é, por natureza, um complemento daquilo que é principal. O subsídio é um acessório ao principal e o acessório não pode ser superior ao principal. Portanto, desde logo, a deformação que há em tudo isso. Mas pessoalmente, acho que o Sr. Ministro das Finanças embora lide muito mais com essa questão, acho que não haveria mal nenhum em rever todos os documentos legais que suportam isso, de modo a que não se esteja a cometer essa ilegalidade, e se encontre outras formas para se fazer essa compensação.

A questão que levantava o Sr. Deputado António Barros, creio que, se calhar, porque nenhum de nós é técnico e não pensamos nisso, peguei naquilo que disse à letra. Portanto, quando falou do envio das cassetes, eu também não tive o reflexo de ver que de facto na RTP - África não há avião todos os dias e entretanto, eles enviam.

Não sei como é que fazem isso, o Sr. Deputado José Diogo deu uma explicação, talvez seja. Mas tenho uma outra ignorância, é que não sei exactamente que equipamentos é que estão previstos nesses 3.700 mil milhões de dobras, e qual a missão de cada um desses equipamentos?

Creio que é qualquer coisa que se tem que ver. Mas de qualquer forma creio que não devem ser equipamentos muito pesados, devem ser equipamentos complementares. Como se disse, hoje comprar um equipamento que seja pesado e que tenha um tempo de vida de 15 anos, por exemplo, é quase uma aberração, porque dentro de quatro, cinco anos temos que desfazer-nos dele, sob pena de não podermos conectar com os outros.

Portanto, acho que devem ser equipamentos ligeiros, acessórios e tudo mais. A minha palavra de conclusão é que, de facto, precisamos de afinar, de precisar e de dar orientação mais clara, como dizia o Sr. Deputado Delfim Neves, a uma série de sectores e a uma série de aspectos para que, de facto, se possa atingir os objectivos esperados.

Voltando a essa questão de carros, que é recorrente e termino aqui, é verdade que os sectores têm viaturas e elas produzem um determinado resultado. Tira-se as viaturas e o resultado é o mesmo. Era mau e continua a ser mau. Há sectores que dizem que só têm uma viatura e precisavam de duas. Mas depois quando chega a segunda viatura, o resultado é o mesmo. Não há um incremento, porque muitas vezes a viatura é afecta ao director, que quando está a trabalhar a viatura fica estacionado. A viatura só se desloca para ir a sua casa, para levar os filhos, para levar alguma encomenda ou quando ele regressa a casa.

Quer dizer que a viatura não participa propriamente no processo, digamos, de produção administrativa ou no processo de produção política. Mas quando se diz isso, diz-se a mesma coisa e eu, se calhar, aqui estou a falar mal do sector do Sr. Ministro das Finanças, mas é o meu também, é minha administração, como já tinha dito, trabalhei no Ministério das Finanças de 1988 a 2004.

Trabalhei naquele ministério durante todo esse tempo e nunca recebi horas extraordinárias. Quero que alguém dos impostos que possa chegar a montante elevado de salário me venha aqui dizer que tenha trabalhado mais do que eu. Basta dizer que trabalhei com o Dr. Teotónio Torres, que foi o meu primeiro patrão. Basta dizer só trabalhar com ele e chegar às 8 horas ou sair às 17 horas naquela altura, como se saía.

Trabalhei também com o Dr. Agapito Mendes Dias. Trabalhar com ele, e chegar às 7 horas já é…, porque o Dr. Agapito estava lá antes das 7 horas. Trabalhei com o Dr. Agapito durante vários anos e saía às 17 horas. As pessoas que o conhecem sabem como é trabalhar com ele. Entretanto, eu nunca recebi pelas horas extraordinárias. As outras pessoas receberam. Quero que se diga que nós lá no ministério trabalhamos menos, porque não tínhamos horas extraordinárias ou que aqueles que trabalhavam nesses

sectores - peguei no sector dos impostos, porque está cá o Sr. Ministro que é também um antigo funcionário. Portanto, a nossa administração precisa de uma reforma em profundidade e fixação de objectivos e de metas para cada um dos sectores.

Isso é possível fazer, mas não se faz numa legislatura nem individualmente. Quer dizer a Assembleia Nacional não pode chamar isso a si só e fazer, muito menos o Governo pode chamar isso a si só, fechar-se no seu buraco e impor essa reforma. Essa reforma, acho que deve ser dos grandes estaleiros que temos que montar aqui no País para levar a cabo essas obras.

Sem esses grandes estaleiros estaremos a vir para aqui a fazer esse discurso que estou a fazer agora, um pouco até para justificar a minha posição e a minha missão, mas outros farão e farão, se calhar, até mais bonito e melhor. E quando olharmos para trás vemos que não marcámos o nosso tempo, não marcámos a história, passámos.

O Sr. **Presidente**: — Estamos com um problema de horário, ultrapassamos, não obstante de não termos iniciado a hora fixada.

Gostaria que os Srs. Deputados que vão fazer uso da palavra fossem mais objectivos. Há, de facto, questões que são transversais, não têm apenas a ver com um sector, mas quero recordar-vos que estamos em sede de análise do subsector, Gabinete do Primeiro-Ministro, relativo às despesas correntes e de investimentos.

Portanto, para fechar, vamos ouvir os Srs. Deputados Delfim Neves, Jorge Correia, após o qual faremos o fecho deste capítulo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, vou ser rápido. Antes de mais para agradecer a algumas respostas que foram dadas pelo Governo, se bem que daquilo que diz a lei, se calhar, acrescentei uma parte, porque estava mesmo convencido disso e para um País que nós temos, devia ser assim, mas também o Sr. Ministro não acrescentou a outra parte.

Na sua explicação, dizia que a desigualdade encontrada no orçamento é porque existem ministérios ou sectores onde para além do membro do Governo, os assessores e outras pessoas também têm direito. Eu não sei se a lei também contempla isso. Os assessores têm direito a subsídio de renda? É isso que gostaria de saber também Sr. Ministro.

Para evitar esse tipo de interpretações, se bem e se calhar também já vem há muito tempo, porque temos aqui essa questão de tradição. Porque não deixar claro renda de casa já que a lei contempla isso? Se a lei contempla também o valor de subsídios para água, energia e comunicações, que fique tudo claro.

Esse acumulativo de subsídios às autoridades públicas deixa sempre esta dúvida. Disse aqui que o Presidente da República não recebe, porque tem casa própria, mas quando vamos ao sector Presidência da República lá está a mesma designação. Para um leigo que não está por dentro, ele diz não, está toda a gente a receber renda de casa. Portanto, deveria ficar mais claro essa questão.

Sobre as obras, falei no genérico, mas aquilo que está feito, por exemplo, aquelas obras de manutenção e reabilitação vão ser feitas no património do Estado. Essas obras ainda não foram realizadas, é verdade, mas vão ser feitas aonde? Obras de reabilitação têm que ser feitas num lugar qualquer. Não é uma obra nova.

Quando é uma obra nova, tudo bem, já se sabe que ela não existe e só vai existir depois de ser feita. Mas quando se trata de manutenção ou reabilitação, ela tem que ser feita e inserida nalguma coisa que já existe.

Quanto a questão das viaturas, estou plenamente de acordo com o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo e também com o Ministro das Finanças.

Mas vamos deixar de tabus. Sabe porquê que tudo isso acontece, quer nas viaturas quer nas rendas e não sei quê? É porque somos mesquinhos. Nós discutimos salários altos quando devíamos discutir o salário mínimo. Porque se não fossemos mesquinhos, não estaríamos aqui a discutir isso. Porque não fixar um valor de salário ao membro de Governo já que isso não é profissão?

É uma ocupação de um determinado tempo. É um exercício que alguém se disponibiliza fazer e, às vezes, com consequências muito graves, uns que até perdem o emprego. São chamados para irem servir a Nação, mas quando deixam de exercer essa mesma função, no regresso a sua função ou sector de origem já o lugar está ocupado.

No fundo, devia-se acabar com esse tabu, associar essas despesas que não são poucas. O Sr. Ministro disse aqui de uma incineradora que custa 9 000 Euros. Há viaturas que custam 30 e tal a 40 000 Euros por aí.

Também se alguém não estiver por dentro dessas despesas, alguém vai dizer, então, subsídios para os dirigentes andam a volta de 9 mil milhões de dobras, isto é, estamos a falar de 400 000 Euros. Quantas incineradoras? Eu não estou contra esses subsídios nem contra essas pessoas que devem merecê-los.

Mas vamos ser claros. Ao invés de estarmos a pagar um salário de 6 milhões de dobras e com um subsídio de renda de 12 milhões, então é melhor dizer-se que o salário de um ministro é 36 ou 40 milhões de dobras. E assim, já se sabe que já não tem direito a mais nada e ele vai fazer a gestão dos 40 milhões de dobras e mais ninguém discute.

E assim, não estaríamos aqui a discutir essas questões. Acho que temos que fazer efectivamente, aquilo que dizia o Sr. Ministro Afonso Varela, que é aprofundar-nos muito mais nas reformas, mas sem tabus e sem estar com mesquinhices, porque tudo isso advém da nossa pobreza de mentalidade.

Porque é assim, quem estiver lá acha que está a fazer melhor e quando sair depois critica o outro. Enquanto estou na oposição tenho que criticar o poder. Quando estou no poder faço igual ou pior e as pessoas que apoiavam o Governo passam para oposição e esse já não serve.

É tudo a falta de uma coerência política que nós aqui não temos. E se falo de coerência política, os senhores sabem, não quero aqui misturar as coisas, porque estamos a falar do orçamento. Vou explicar isso para ficar bem claro. Eu quando estive no governo, várias questões que foram levantadas contra mim, porque estavam mal feitas e hoje estão em vigor e já passaram por aí três governos.

É falta de coerência. E quando chegarmos ao sector económico falaremos de outras. Quando pego no orçamento da ENASA, qual é a fonte de rendimento hoje da ENASA? É o espaço aéreo que o Delfim vendeu ou alugou, que toda gente estava contra. Isso é falta de coerência. É isso que nos falta aqui neste país para pôr este país a andar e de forma desapaixonada, cada um falar daquilo que sabe e abrir a boca quando tem razão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de colocar uma questão ligada a casa de passagem.

O estado da casa de passagem e o valor que havia para sua reabilitação. Constou-me que o Sr. Primeiro-Ministro vive numa casa aí ao lado de Grupo Pestana, não sei se é verdade, mas acredito, porque sei que não há casa, principalmente, para os titulares dos órgãos de soberania. A sua residência fica fora da cidade e vir aqui trabalhar de manhã e depois voltar a tarde deve ser um desgaste físico grande.

Daí que quando me disseram, eu acreditei.

Falando de subsídios às autoridades públicas, será que desses subsídios o Sr. Primeiro-Ministro conseguirá pagar o aluguer dessa casa ou desse apartamento? Ou ele terá que fazê-lo pessoalmente como cidadão Patrice Trovoada?

No meu entender não é o mais correcto, acho que o Estado deve assumir as despesas dos nossos dirigentes.

O Sr. **Presidente**: — Daí não seria que o Sr. Deputado gostaria de saber se a residência onde vive o Sr. Primeiro-Ministro é dele ou se é residência suportada pelo Estado?

O **Orador**: — A *priori,* pense que ele vivesse lá num espaço alugado. É neste contexto. Estou a ver a questão de ser ele, por exemplo, a ter que pagar as despesas, por uma razão. E o que quero dizer com isso, é que deveríamos fazer um esforço para que essas casas de passagens estejam em condições e para que os nossos dirigentes tenham lugares condignos para viverem enquanto estiverem a prestar serviço à Nação.

O Sr. **Presidente**: — Se um honorário público suporta o arrendamento da casa onde vive o Sr. Primeiro-Ministro ou não, para encerrarmos o debate.

Murmúrios.

Sim, estou a pedir ao Sr. Ministro, para que o Sr. Deputado não continue com a dúvida. Porque pela forma que expõe tem, de facto, dúvida.

Sr. Ministro, por favor.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, para dizer que nós, quando atribuímos renda não avaliamos que tipo de casa que qualquer tipo de beneficiário da renda aluga. Não pedimos essa informação. O valor é fixo, para casa do Primeiro-Ministro são 600 Dólares, para os Ministros 500 Dólares e não se pergunta se vai alugar uma casa de 400, 700 ou de 1 milhão ou de muito mais.

Por isso, não podemos ter essa informação. Por outro lado, acho que a residência actual do Sr. Primeiro-Ministro não é suportada por honorário público, a única coisa que sabemos é que demos essa renda. Não queria mais levantar polémica sobre essa questão de afectação, mas só para ver a coerência das coisas, não obstante o Sr. Deputado Delfim Neves não estar cá presente.

Para dizer que na página 7 do documento que temos, responde a estrutura programática daquilo que é o orçamento. E há cinco aspectos que são levantados nessa estrutura.

Primeiro, a classificação orgânica responde a indagação, quem é o responsável pela programação e posterior execução da despesa; a classificação funcional corresponde a indagação em que área da acção governamental a despesa seria realizada; a estrutura programática responde a indagação para quê os recursos são afectados e que finalidades e a classificação por natura responde o que será adquirido e qual o efeito económico dessas realizações, fontes de recursos, de onde e tudo isso.

Portanto, é só para dizer que o orçamento é estruturado, organizado nessa perspectiva, respondendo às exigências daquilo que está na Lei do SAFE e do classificador económico. É só sem levantar polémica, só para clarificar essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Penso que o Sr. Deputado está devidamente esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, estou esclarecido, mas gostaria que ficasse aqui bem claro. A questão que eu levanto, não a levanto por causa de onde o Sr. Primeiro-Ministro está ou quem paga a renda.

O que levanto é para dizer que deveríamos estar preparados para que nos próximos orçamentos, tenhamos realmente dinheiro para fazer com que as casas de passagem, ou outras quaisquer, estejam em condições para albergar os nossos dirigentes de uma forma capaz, de evitarmos aqui efectivamente que ele tenha que pagar com os seus próprios meios. É nesse contexto apenas que levanto a questão.

O Sr. **Presidente**: — Vamos fechar este capítulo, se os senhores me permitem. Julgo que em termos de propostas de alteração de valores, é esta a questão fundamental, não as há.

Não há propostas de alteração de nenhuma das rubricas aqui constantes no capítulo das despesas do Gabinete do Primeiro-Ministro, de serviços e de departamento anexos a esse sector. No caso vertente, vimos dois sectores, a Comunicação Social e o Instituto de Inovação. Foram levantadas algumas preocupações e dentro delas podemos, talvez, fazer algumas recomendações.

Uma primeira, prende-se com a arrumação. O Sr. Deputado Jorge Correia levantou a questão de arrumação e o Sr. Ministro disse-nos que é possível fazê-la, de forma que os aspectos atinentes, por exemplo, ao Sector da Comunicação Social estejam devidamente agrupados por ordem e as questões atinentes ao Instituto, da mesma forma.

Por outro lado, há outras recomendações que deveríamos fazer ao Governo também e que deveria constar no relatório que iríamos apresentar a Plenária. Prende-se com essa questão das viaturas que também foi largamente apreciada e espero que não retomaremos isso com tanto espaço de tempo nos próximos capítulos.

Haverá sectores que têm novamente a questão de viaturas, daí que uma recomendação que poderíamos fazer ao Governo, iria no sentido de o Governo fazer um estudo para fixação de uma nova filosofia, diria de aquisição/redistribuição e utilização.

Sem pretender abrir o debate de novo sobre isso, ficamos com a sensação de que no nosso país, que é um país pobre, com dificuldades financeiras, todos os principais agentes do Estado estão convencidos de

que têm direito a uma viatura permanente, 24 sobre 24 horas, não obstante as últimas decisões de natureza operativa para implementar uma lei já existente. Mas, deveríamos ficar com essa orientação.

Para evitar que haja gastos supérfluos, para ajudar talvez a uniformização na utilização de viaturas, o Governo, os directores, falou-se aqui de existência de directores que têm melhores viaturas que os ministros, os colaboradores dos ministros, os colaboradores dos outros titulares de órgãos de soberania, pessoas cuja actividade resume-se a capital do País, mas que reside a 300 m, 400 m do seu posto de serviço têm jeep de alta gama. Portanto, que houvesse nesse sentido uma nova filosofia de aquisição/redistribuição e afectação.

Uma outra recomendação prende-se com questões de natureza legal. Ouvimos que a utilização de fundos, particularmente nos órgãos de Comunicação Social há uma prática e ela não tem suporte legal, gostaríamos de pedir ao Governo que fizesse diligências no sentido de disciplinar e isso seria também uma questão transversal afecto a outros sectores.

Por último, uma maior cooperação entre os sectores de administração de forma a permitir que essa cooperação se pudesse traduzir em resultados concretos.

Srs. Deputados, não sei se essas quatro recomendações seriam úteis.

Tem a palavra o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — Sr. Presidente, pessoalmente tomei nota delas, creio que essas quatro recomendações, a primeira que é de ordem organizacional, o Sr. Ministro das Finanças já aqui teceu, portanto, não há problema.

Em relação as outras questões, acho que elas são legítimas, são necessárias para irmos melhorando esse estado de coisas. Não gostaria de levantar novamente o problema de viaturas, mas devo dizer que, certamente, o Sr. Presidente há-de ouvir outras pessoas falarem, mesmo fora daqui, até que as coisas fiquem estabilizadas. Porquê?

É que o problema das viaturas está ligado a muitas coisas. Pego só num exemplo. O último juiz que foi para o Tribunal de Contas, veio numa idade em que já se aposentou. Eles não se aposentam, a Assembleia concedeu-lhes um estatuto de jubilação. Jubilar quer dizer que eles vão com viatura…, na nova Lei de Sistema de Base Judiciário os juízes são jubilados.

Segundo informações essa alteração foi introduzida aqui. O último juiz que foi ao Tribunal de Conta não tem nada contra o senhor, é meu colega do Ministério das Finanças, porque ele é um antigo das Finanças e foi último a entrar, primeiro a jubilar. Sai com salário, sai com o carro.

Lançou-se concurso para um terceiro, não sei se já entrou.

Uma Voz*:* — Já.

Ah, sim, sim, já entrou, Bernadino. Tem que se comprar um carro e um carro igual, ele não é juiz menor. Dou outro exemplo, o próprio Tribunal comum lançou um concurso para nomeação de magistrados. Todos aqueles que passaram, quer dizer numa primeira fase, estou convencido que todos eles são mais velhos do que eu. Portanto, têm mais cinco anos como juízes, um mandato, para a 1.ª Instância, os do Supremo já lá estavam a trabalhar.

Quer dizer que dentro de cinco anos vão jubilar.

O Sr. **Presidente**: — Quando é que vai ser isso?

O **Orador**: — É propositadamente que estou a levantar esta questão e é propositadamente que disse que temos um conjunto de estaleiros, porque isso tem que ser estaleiros, porque não é uma profissão. Quando digo estaleiro é propositado. Quer dizer que lá dentro tem que haver serralheiro, mecânico, electricista e tudo mais. Senão como disse, amanhã não serei eu, será outra pessoa a dizer a mesma coisa. Não será se calhar sobre essa garrafa de água, mas será sobre esse telefone ou sobre outra coisa qualquer.

Portanto, é só para ver como é que se põe o problema de viaturas e sua aquisição. Acho que não pode ser, e a partir daí outras práticas. É que a gente até pode forçar que essas aquisições sejam feitas no último dia do mandato.

Lembro-me do salário do Procurador-Geral, por exemplo. A lei atribui ao Procurador-Geral o mesmo salário que o Primeiro-Ministro. Ora, o Primeiro-Ministro tem responsabilidades sobre todo o País e Procurador-Geral tem uma responsabilidade limitada e está sob a tutela do Governo.

Como dizemos, ele só se ocupa de uma parte marginal dos problemas da sociedade. Quer dizer, aquelas questões que em último *rácio* não podem ser resolvidas pelo diálogo, pelos mecanismos alternativos, sociais, tradicionais de resolução de conflito, então, vamos para o Tribunal. Só disto é que ele tem conta e mesmo isso ele só tem, não com todos os conflitos sociais, mas com os conflitos de natureza penal apenas. Entretanto, ele tem um estatuto idêntico que lhe foi conferido em relação ao Primeiro-Ministro.

Quer dizer que estaremos aqui, mais uma vez, a discutir isso tudo. É por isso que digo que ninguém pode pensar que pode ter uma solução mágica, porque há um problema com essa garrafa e dizer; tenho a solução, eu resolvo. Se ele não abrir esse tal estaleiro que disse e ouvir o serralheiro, o mecânico, pedreiro, servente e outras pessoas, se não, vamos continuar a falar, a falar e os problemas perseguindo-nos eternamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, é sobre a questão de utilização, ainda na senda daquilo que vem como recomendações: «A utilização não apenas como a utilidade de rendimento do trabalho», mas também sobre as pessoas que têm direito a viatura.

Porque pode um director ou uma directora ter uma viatura de Estado que lhe foi afectado enquanto responsável de um determinado sector. Pode o seu cônjuge ou seu sobrinho, seu irmão, seu cunhado utilizar essa viatura?

Tomou-se algumas medidas de circulação a alta hora, mas deixou-se essa parte. Eu vejo muitas pessoas…, quer dizer, a directora está ao lado e o marido é que está a conduzir o carro. Quando em vez nem sequer ela está no carro o marido está a circular com a viatura do Estado. Ele não é director, nem sequer funcionário de Estado. Há casos desses, há muitas questões desse tipo por aí.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como disse o Sr. Ministro delegado, há hábitos instalados, mas acho que temos um dia que tomar uma decisão. Acho que neste momento estamos em condições de tomar algumas decisões.

Estive a fazer umas contas, quando estivemos a falar dos Tribunais, por exemplo, há três novos juízes do Tribunal Supremo. Não sei se o montante aí se destina a compra de apenas três viaturas. Se for, dá 47. 000 Euros e tal. É verdade que tanto os juízes como os ministros, directores têm a mesma hierarquia. Mas estamos a falar de um momento em que o País tem dificuldades. Estamos a falar de um Orçamento em que cerca de 70% vem de ajudas externas, donativos ou créditos. Estamos a falar de um País em que a produção é limitada. O Governo diz: — «Vamos fazer contenção». Porque não começar agora?

Porque se fizermos a mesma prática, no próximo ano se houver novos juízes vão dizer não, os juízes são os mesmos, mas tem que haver um momento em que se toma coragem.

Meus senhores, as entidades de cima, nós que fazemos parte dessa equipa, devemos dar os primeiros sinais. Doutra forma, como dizia o Sr. Deputado Delfim Neves, para utilizar essa expressão; «estaríamos a atirar barros para os olhos dos cidadãos», contribuintes que têm mais,… Quem está em cima deve dar o sinal, porquê? Pergunto a mim próprio.

Porquê comprar uma viatura de 47 ou 30 000 e tal para um juiz que reside na cidade e que no quadro das suas funções circula dentro da capital, e não darmos esse passo significativo? Qual seria a viatura não sei. Mas, é dinheiro público que escasseia até para fazer uma incineradora de 9 000 euros.

Por isso mesmo Sr. Ministro, quando fizemos a proposta de um estudo é para dar tempo às autoridades, mas acho que nós os deputados também temos essa responsabilidade. Devemos ajudar a dar esses sinais, mas é preciso haver essa coragem.

Meus caros, relativamente ao gabinete de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e os departamentos anexos podemos considerar aprovados, por consenso?

Uma Voz*:* — Houve alteração?

Não houve proposta de alteração. Isso de arrumação o Sr. Ministro disse que os serviços vão nos apresentar a sua arrumação, para que os sectores ligados a Comunicação Social fiquem dentro do mesmo capítulo. Mas, só a arrumação, a sequência da ordem.

Uma Voz*:* — Mantém o mesmo subsídio?

O Sr. Deputado esteve ausente e o Sr. Ministro fez aqui uma explicação baseada numa lei existente. Depois o Sr. Ministro das Finanças disse que tem um documento anexo que poderia posteriormente distribuir para facilitar a compreensão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Ministro, apenas para esclarecimento, o que é isso Projecto STP em Rede? Para meu conhecimento e mais nada. Deve ser uma coisa muito importante, 10 mil milhões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — Sr. Deputado, esse é um projecto que está ligado ao INIC (Instituto de Inovação e Conhecimento), que visa colocar em rede todo os serviços ou os principais serviços públicos, através de fibra óptica. Foi até lançado um concurso internacional. Já há uma selecção de vencedor, em princípio eles devem estar a quebrar a cidade um dia desses para passar esses cabos ligando as principais administrações.

A verdade é que às vezes se tem juntado isso com o cabo submarino. Não tem nada a ver com o cabo submarino. Quer dizer, não é bem assim, ele estará conectado futuramente ao cabo submarino, o que permitirá uma administração que queira mandar uma mensagem de Internet ou telefone para o exterior sair com melhor qualidade e maior rapidez.

Mas, por enquanto, sem o cabo submarino ele visa a questão da governação electrónica. Portanto, ligar o Gabinete do Primeiro-Ministro, o próprio INIC onde está o centro, os ministérios, os serviços, os impostos e tudo mais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — O Sr. Ministro utilizou um termo agora que me veio a mente, falou «quebrar a cidade». Apenas uma recomendação que gostaria de espelhar em relação a esta matéria. Nesse projecto de cabo submarino, tecnicamente, temos utilizado uma expressão que chamamos de partilha de infra-estrutura de telecomunicações.

Acho que o Governo a enveredar por este caminho deverá ter esse cuidado, porque é bom que haja normas que sejam únicas, nomeadamente que tenham a ver com cada orçamento do País em si. Porque senão vamos começar a furar esse projecto, digamos assim, alguns traçados, amanhã as telecomunicações quererá, suponhamos, outro projecto de cabo fazer também outro furo…, acho que hoje em dia o que se utiliza é partilha de infra-estrutura apenas num único sentido.

Vê-se tudo em conjunto com todas essas instituições que integram esse aspecto de infra-estrutura comum pode-se discutir, conversar e tudo mais. Aliás, aliviará até em termos de custo aquilo que o Governo pretende fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — Sr. Presidente, é só uma questão de esclarecimento.

Para dizer que a preocupação é legítima de facto, mas o que estamos a dizer, STP em Rede, são só os órgãos estatais, a administração. Administração no sentido lato, até diria, a Presidência da República, a Assembleia Nacional, os Tribunais, os Impostos que é fundamental, a Alfandega, o Gabinete do Primeiro-Ministro. Portanto, é uma rede, digamos, fechada, interna do Estado para a sua comunicação. Essa rede permitirá a conexão com o exterior.

Utilizo a Internet ou a Intranet, falo sobre os controlos técnicos disso, posso comunicar com outra administração, mas posso sair também, isso vai-me permitir sair porque tem uma conexão, mas não há

propriamente uma partilha de uma plataforma, porque terão plataformas próprias que gere o sistema estatal, independentemente de tudo.

Quer dizer, não vamos mais pagar as facturas de telecomunicações a CST para isso que fazemos aqui internamente, só na saída é que entramos naturalmente para o sistema de telecomunicações nacionais que existe. Embora um primeiro projecto que não sei se já está abandonado visava até de se ter uma saída autónoma como tem o sistema das Nações Unidas. Mas, creio que o cabo submarino tem uma superioridade em relação as saídas via satélite, que são mais dispendiosas e com menos qualidades e capacidades também. Mas, a ideia é uma questão interna do Estado, uma telecomunicação do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Caros colegas, depois dessa longa e útil discussão, acho que podemos considerar adoptado, por consenso, esta sub-rubrica do OGE, Gabinete do Primeiro-Ministro, com as recomendações que fizemos.

Espero que o serviço técnico da Assembleia Nacional tenha registado essas recomendações. Caso não tenham, temo-las aqui escritas e podemos transferir para Vossas Excelências.

Já fui informado que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros será o nosso próximo convidado, mas está ausente do País, e nesse caso, vai estar a substituí-lo o Sr. Ministro das Finanças.

Vamos encerrar esta parte da reunião e depois de um intervalo de 10 minutos retomaremos a reunião para analisar Negócios Estrangeiros.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas e 05 minutos.